



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EDITAL

PROCESSO Nº 25.000.004392.2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM MÃO DE OBRA

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES/PB, por intermédio do Subgerente de Planejamento das Aquisições e Contratações para Saúde, o Sr. Luiz Humberto Ruffo Camurça, Matrícula nº 178.921-0, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados abaixo realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO por LOTE**, sob regime de execução indireta por **EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO**, considerando a natureza do objeto como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Licitação COMPRAS.GOV.BR nº:		90013	
Data da Sessão Pública:	12/05/2026	Contratante (UASG):	927261
Horário de Abertura da Sessão Pública:		09 horas (Horário de Brasília)	
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br			
Formalização de consultas e Edital:		Secretaria de Estado da Saúde - SES/PB	
Telefone:	(83) 3211-9092	Email:	sublic@ses.pb.gov.br
Endereço:	Av. Dom Pedro II, 1826, Torre, João Pessoa-PB, 58.040-903.		
Critério de Julgamento:	Menor Preço Global por Lote	Modo de Disputa:	Aberto e Fechado



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 23/04/2026 - 10:14hs.
Documento Nº: 7102686.91039363-7861 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.91039363-7861>



SESPRC202504392V04

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM RECEPÇÃO E AUXILIAR DE PORTARIA, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA NOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE (EAS) SITUADOS NAS TRÊS MACRORREGIÕES DE SAÚDE GERIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em LOTES, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3 O julgamento será realizado pelo menor preço global por lote, apurado a partir da soma dos valores unitários dos postos de trabalho previstos para cada lote, sendo obrigatória a apresentação de planilha de custos e formação de preços detalhada, a qual terá caráter vinculante para fins de execução contratual.

1.3 Da Observância à Equidade de Gênero na Execução Contratual

1.3.1 Caso a execução do contrato envolva a alocação de 25 (vinte e cinco) ou mais profissionais, a contratada deverá garantir, em cumprimento ao Decreto Estadual nº 44.862/2024:

- a) mínimo de 30% (trinta por cento) da equipe composta por mulheres;
- b) no mínimo 10% (dez por cento) do total da equipe formada por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, desde que compatíveis com as funções.
- c) A comprovação, sigilo e fiscalização seguirão os critérios definidos no referido decreto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



2.1.2 Será permitida a participação de cooperativas, desde que comprovem, de forma inequívoca, a ausência dos elementos caracterizadores de vínculo empregatício na execução dos serviços, especialmente subordinação, pessoalidade e habitualidade, bem como apresentem modelo de gestão operacional compatível com a natureza do objeto, com efetivo compartilhamento das atividades entre os cooperados, sendo vedada qualquer forma de intermediação de mão de obra, sob pena de desclassificação.

2.1.3 Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou responsável técnico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

2.5.5 Que estejam suspensos de licitar e/ou impedidos de contratar com a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES/PB, ou que estejam impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado da Paraíba, especialmente as inscritas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual-CAFIL/PB, conforme a Lei nº 9.697/2012;

2.5.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.5.11 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.12 Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.6 O impedimento de que trata o item 2.5.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



2.9 O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11 A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12 DA VISTORIA

2.12.1 A realização de vistoria prévia é recomendada para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos locais de execução dos serviços, podendo o licitante optar por realizá-la, acompanhado por servidor designado pela Administração, ou por apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução.

2.12.2 A vistoria poderá ser realizada mediante agendamento prévio junto à unidade responsável, nos dias e horários indicados no item 4.7 do Termo de Referência.

2.12.3 Após a vistoria, a licitante deverá prestar declaração formal assinada de que tomou conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta, conforme modelo contido no Anexo II, do Termo de Referência.

2.12.4 Caso opte por não realizar a vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal assinada por seu representante legal ou responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da execução contratual, conforme modelo constante no anexo III, do Termo de Referência.

2.12.5 A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento contratual, alegações de desconhecimento ou solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.

2.12.6 Todas as despesas decorrentes da vistoria correrão por conta do licitante interessado.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1 Declara estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada contempla a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, incluindo aqueles decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações legais vigentes na data de sua apresentação.

3.2.2 Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 e 3.4, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.10.2 percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, devendo apresentar, nos termos do item 4.3, planilha de custos e formação de preços detalhada, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, preenchendo os seguintes campos:

4.1.1 Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;

4.1.1.1 Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) poderá proceder à adequação dos valores, realizando o arredondamento para baixo, tanto para preços unitários quanto totais;



4.1.2 Quantidade cotada;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 O licitante deverá apresentar proposta contemplando integralmente todos os postos de trabalho e quantitativos previstos para o respectivo lote, conforme definido no Termo de Referência, não sendo admitidas propostas parciais ou com supressão de postos.

4.2.2 Serão consideradas inexequíveis as propostas que não comprovem a cobertura integral dos custos mínimos obrigatórios decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária e da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, incluindo salários, encargos sociais, benefícios obrigatórios e demais insumos indispensáveis à execução dos serviços.

4.2.3 Os valores apresentados deverão observar, obrigatoriamente, os pisos salariais e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.

4.2.4 Não será admitida a apresentação de valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os custos mínimos necessários à execução dos serviços, especialmente no que se refere à mão de obra, sob pena de desclassificação da proposta.

4.3 A proposta deverá ser acompanhada de planilha de custos e formação de preços detalhada, elaborada conforme modelo constante do Termo de Referência, contemplando todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais insumos necessários à execução do objeto, sendo tais valores vinculantes durante toda a execução contratual, inclusive para fins de repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro.

4.4 Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade do licitante e deverão contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, não sendo admitida posterior alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto para alteração da proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

4.5 Caso o regime tributário da empresa implique variação na carga tributária, a proposta deverá refletir os encargos efetivamente incidentes sobre a atividade, observada a legislação vigente.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do regime tributário diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

4.8 A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento integral das disposições nela contidas e das condições estabelecidas no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução contratual.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10 Os licitantes deverão observar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
- 4.11 Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 4.12 As disposições constantes do Termo de Referência prevalecerão sobre eventuais divergências em relação às descrições constantes do sistema eletrônico.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.10.6. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior



porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.3.1 Para fins do item anterior, o licitante que alegar o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres deverá apresentar comprovação documental mínima, conforme previsto no Decreto Estadual nº 44.862/2024, podendo incluir:

a) políticas de promoção da equidade salarial;





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- b) ações de combate ao assédio e discriminação;
- c) programas de liderança e capacitação para mulheres;
- d) certificações ou selos de boas práticas em igualdade de gênero.

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos Tribunal de Contas da TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)

6.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).

6.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2.; 6.1.3.; 6.1.4. e 5.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

7. DA PROPOSTA ADEQUADA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.4. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.5. Se o mesmo participante vencer o item destinado à ampla concorrência e à cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esse deverá formalizar a oferta considerando a melhor proposta dentre ambos, para a administração pública, nos termos do §3º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

7.6. Não havendo vencedor para a cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esta poderá ser destinada ao licitante vencedor da cota principal (ampla concorrência) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, nos termos do §2º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

7.6.1. Havendo alguma limitação do sistema para realizar esta atividade, poderá ser efetivada através de mensagens entre o Pregoeiro e o licitante, ou por e-mail, bem como deverá ser encaminhada uma proposta adequada adicionada do quantitativo da cota reservada.

7.7. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, nos termos do §4º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

7.8. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.9. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.9.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.10. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.11. Além das informações exigidas no item 4 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

7.11.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

7.11.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

7.11.3. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

7.11.4. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

7.11.5. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

7.11.6. Conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

7.11.6.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

7.11.7. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.11.8. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;

7.11.9. No caso da incidência de ICMS:

7.11.9.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.



7.11.9.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

7.11.9.3. A proposta de preço da empresa cuja operação ou prestação esteja alcançada pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017, que concede isenção de ICMS nas operações ou prestações internas

destinadas a órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, atenderá às seguintes condições:

7.11.9.3.1. Deverá ser apresentada computando o valor do ICMS;

7.11.9.3.2. Deverá apresentar planilha anexa, demonstrando o valor do preço líquido, mediante a informação do valor da proposta e a dedução do valor correspondente à isenção do ICMS;

7.11.9.4. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

7.11.9.5. A isenção de ICMS de que trata o Decreto Estadual nº 37.237/2017 não alcança as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, nos termos do § 4º do Art. 1º do referido decreto, alterado pelo Decreto nº 37.444/2017.

7.11.10. apresentar a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

7.12. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se aos itens 4 e 5 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

7.13. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.2.1. conter vícios insanáveis;

8.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 8.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 8.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. Conforme item 4.7 do Termo de Referência e considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

contratado, será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 11:30 horas.

9.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de solicitação enviada exclusivamente através do e-mail: **npse.ses@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2. A administração confirmará o recebimento da solicitação de agendamento no prazo de até 02 (dois) dias úteis, indicando as datas disponíveis para a vistoria.

9.9.3. Após o recebimento da comunicação com as datas disponíveis, a empresa solicitante deverá indicar a data no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

9.9.4. A administração enviará e-mail confirmando a data de agendamento, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

9.9.5. A inobservância em relação aos prazos tratados neste tópico, acarretará a invalidação do pedido inicial, sendo necessário a realização de nova solicitação.

9.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

9.11 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9.14. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.

9.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

9.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.16. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).

9.17. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023, art. 39, §4º):

9.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.16.1.

9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

9.23. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

9.23.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- f. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- i. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

j. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

l. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.23.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.23.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- b. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- c.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- c.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- d. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- e. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- f. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.23.4. Relativos à Qualificação Técnica:

- a. Conforme previsão expressa nos itens 8.4, 8.5, 8.6, 8.7, 8.8, 8.9, 8.10 e 8.11 do Termo de Referência, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- a.1 Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante;
- a.2 Declaração de ciência do Termo de Referência;
- a.3 Declaração formal da disponibilidade do aparelhamento técnico adequado e elenco básico de insumos essenciais para o cumprimento do objeto;
- a.4 Termo de compromisso de execução do objeto em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do Estabelecimento Assistencial de Saúde;
- a.5 Para sociedades estrangeiras, a exigência será atendida mediante comprovação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro junto à entidade profissional competente no Brasil;



a.6 Comprovação de aptidão para desempenho de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, por meio de **atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atendam aos seguintes requisitos:

a.6.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, demonstrando que administra ou administrou serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra da mesma natureza da licitação, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

a.6.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados para o lote ou item ao qual a licitante participe;

a.6.3 A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância, a seguir elencadas:

a.6.3.1 Execução dos serviços de recepção e auxiliar de portaria.

a.7 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEAD nº 007/2023;

a.8 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

a.9 A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

a.9.1 Para a confirmação de tempo de experiência e de informações contidas no(s) atestado(s) apresentado(s), o(a) Pregoeiro(a) poderá promover diligência no intuito de esclarecer/complementar a instrução do processo, solicitando e obtendo cópias de contratos e outros documentos idôneos.

a.10 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.11 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

a.12 Atestados emitidos em favor de consórcio do qual a licitante tenha participado serão aceitos, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11 da Lei nº 14.133/2021;

a.13 Os serviços atestados deverão estar relacionados à atividade econômica principal ou secundária da empresa, conforme previsto no contrato social.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

9.23.5. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - f.1. ata de fundação;
 - f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.23.6. Documentos Complementares: a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

9.23.7. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. Sanções pelo Descumprimento do Decreto nº 44.862/2024:

11.3.1 O descumprimento injustificado das obrigações de reserva mínima de mão de obra feminina, incluindo mulheres vítimas de violência, nos casos aplicáveis, poderá ensejar a aplicação de advertência, multa, rescisão



contratual e impedimento de licitar com a Administração Pública Estadual, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic02@centraldecompras.pb.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO



13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021;

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 25.101

Fonte de Recurso: 500/600

Programa de Trabalho: 5007

Elemento de Despesa: 33.90.37-01

Ação Orçamentária: 6051 - Implementação da Gerência de Insumos Bens e Serviços para Saúde.

14.2. O custo estimado para a presente contratação é de **R\$88.954.991,88 (oitenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos)**.

15. DO CONTRATO

15.1. Encerrado o procedimento licitatório, o processo será encaminhado à Assessoria Técnico-Normativa, para a elaboração do respectivo Termo de Contrato, se for o caso, conforme minuta em anexo, ou instrumento equivalente, cujo adjudicatário será convocado para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital, e de conformidade com a proposta aceita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de (02) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

15.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

15.3.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, por solicitação justificada da Administração, por se tratar de um serviço enquadrado como continuado.

15.4. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a contratante, através de sua assessoria jurídica ou outro setor delegado, verificará as condições de habilitação e qualificação da contratada, bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL/PB, devendo a comprovação da manutenção ser anexada ao processo.

15.5. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15.6 DA SUBCONTRATAÇÃO

15.6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando que os serviços possuem natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra, exigindo gestão direta pela contratada quanto à alocação, supervisão e controle dos profissionais.

15.6.2 A vedação à subcontratação visa assegurar a adequada execução contratual, a responsabilização direta da contratada e o cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

15.6.3 A inobservância do disposto neste item poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

15.7 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

15.7.1 Será exigida garantia da contratação no percentual de **1% (um por cento)** do valor do contrato, conforme item 4.3 do Termo de Referência e nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

15.7.2 No caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer antes da assinatura do contrato, no prazo máximo de 1 (um) mês contado da homologação da licitação.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

15.7.3 A garantia, quando prestada nas modalidades de caução ou fiança bancária, deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

15.7.4 A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, incluindo prejuízos causados à Administração, multas e indenizações decorrentes de execução irregular do contrato.

15.7.5 A garantia será liberada ou restituída após a execução integral do contrato e o cumprimento de todas as obrigações assumidas, observadas as disposições legais aplicáveis.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. São obrigações do Contratante:

16.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à prestação do serviço, do prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento, no Contrato e no Termo de Referência.

16.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste instrumento e no Contrato;

16.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Secretaria de Estado da Saúde do Estado da Paraíba para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

16.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.1.9 A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

16.1.10 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 03 (três) meses.

16.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



16.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.1.13 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.13.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.13.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.13.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.13.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.13.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.13.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.1.13.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.1.13.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.1.13.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

16.1.13.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.1.13.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.1.13.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.1.13.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.1.13.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.13.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

16.2 DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

16.2.1 A contratada é a única e exclusiva responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

16.2.2 Não haverá vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, cabendo exclusivamente à contratada a gestão, supervisão e remuneração de seus profissionais.

16.2.3 A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações decorrentes da legislação trabalhista e da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, incluindo pagamento de salários, benefícios, encargos sociais e demais direitos dos trabalhadores.

16.2.4 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela Administração, documentação comprobatória do cumprimento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

16.2.5 O inadimplemento das obrigações trabalhistas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, bem como a adoção de medidas pela Administração para resguardar o interesse público, inclusive retenção de valores, nos termos da legislação vigente.

17. DO PAGAMENTO



17.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

17.2. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

17.3. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

17.3.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e à rescisão contratual.

17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.5. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

17.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.6.1. Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do Art. 7º da Lei nº 10.128/2013.

17.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.7. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, cujos dados bancários serão indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, devendo ser considerado o Decreto Estadual nº 43.250, de 2022 (O licitante deverá possuir conta no Banco Bradesco).





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

17.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

17.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

17.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

18. DO PREÇO

18.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis, pelo prazo de 12 (doze) meses.

19. DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1 Os preços contratados poderão ser alterados para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses e condições previstas na legislação vigente.

19.2 O reajuste contratual, quando aplicável, observará a variação de índice previamente estabelecido no instrumento convocatório, contado a partir da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

19.3 A repactuação dos valores relativos à mão de obra será admitida, mediante solicitação da contratada, a partir da data da apresentação da proposta, desde que comprovada a variação dos custos decorrentes de



convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho, ou de outros instrumentos normativos aplicáveis à categoria profissional envolvida na execução do contrato.

19.4 A repactuação deverá ser instruída com planilha de custos e formação de preços atualizada, demonstrando analiticamente a variação dos custos que fundamentam o pedido, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

19.5 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedida a qualquer tempo, mediante solicitação da contratada, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que impacte significativamente os custos do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

19.6 Para fins do disposto no item anterior, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória idônea que demonstre a efetiva ocorrência do evento e seu impacto direto sobre os custos da contratação.

19.7 Não serão admitidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de variações ordinárias de mercado ou previsíveis à época da apresentação da proposta.

19.8 As alterações decorrentes de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro dependerão de análise e aprovação pela Administração, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

19.9 Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial, refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

20. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

20.1. Local e horário da prestação dos serviços:



20.1.1. Início da execução do objeto: em até 15 (quinze) dias contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser ajustado mediante cronograma de implantação aprovado pela Administração.

20.1.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: nas dependências dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) situados nas três Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba listados no Anexo IV do Termo de Referência.

20.1.3. Os serviços serão prestados nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde supramencionados, podendo sofrer alterações, caso algum destes passem a ser geridos pela Fundação Paraibana de Gestão em Saúde (PB SAÚDE). Assim, tão logo seja firmado o Contrato de Gestão e ocorra a transição, a Fundação assumirá a gestão dos serviços ora demandados.

20.1.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: os serviços deverão ser realizados em jornadas diurnas e noturnas, utilizando escalas de acordo com o disposto no Anexo V do Termo de Referência.

20.2. Rotinas a serem cumpridas:

20.2.1. A execução contratual observará as rotinas elencadas no item 5.4 do termo de referência contido no anexo I deste edital:

20.2.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

20.2.2.1. Disponibilização de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para prestação dos serviços necessários permanentemente, com a frequência que se fizer necessária, com os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.

20.2.2.2. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração, não sendo permitido aos funcionários da Contratada retirar-se dos prédios ou instalações da Contratante portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da fiscalização do contrato.

20.2.3. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no item 5.8 do Termo de Referência.

20.3. Fiscalização





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20.3.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

20.3.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI).

20.3.3 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II).

20.3.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, III).

20.3.5 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, IV).

20.3.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

20.3.7 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

20.3.8 A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente através do INSTRUMENTO MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), conforme Anexo VII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

20.3.9 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

20.3.10 O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



20.3.11 O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

20.3.12 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

20.3.13 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

20.3.14 É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

20.3.15 O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

20.3.16 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021 e artigo 62 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

20.3.17 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, §2º, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017).

20.3.18 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, além do disposto acima, a obrigação de que cada Estabelecimento deverá estabelecer, por meio de portaria interna, o colaborador que será responsável pela fiscalização do serviço realizado pela Contratada, com a obrigação de obedecer todas as disposições deste tópico.

20.3.19 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

20.3.20 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEAD nº 007, de 16 de novembro de 2023.



20.3.21 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada.

20.3.22 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

20.3.23 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

20.3.24 A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

20.3.25 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

20.3.25.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

20.3.25.1.1 No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

20.3.25.1.1.1 Relação dos Empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

20.3.25.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

20.3.25.1.1.3 Serviços.

20.3.25.1.2 Exames Médicos Admissionais dos empregados da contratada que prestarão os entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no SIREF/PB:

20.3.25.1.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

20.3.25.1.2.2 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;



20.3.25.1.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

20.3.25.1.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

20.3.25.1.3.1 Contratante;

20.3.25.1.3.2 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Cópia da Folha de Pagamento Analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte Contratante;

20.3.25.1.3.3 Cópia dos Contracheques dos Empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, Cópia de Recibos de Depósitos Bancários;

20.3.25.1.3.4 Comprovantes de Entrega de Benefícios Suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

20.3.25.1.3.5 Comprovantes de Realização de Eventuais Cursos de Treinamento e Reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

20.3.25.1.4 Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

20.3.25.1.4.1 Termos de Rescisão dos Contratos de Trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

20.3.25.1.4.2 Guias de Recolhimento da Contribuição Previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

20.3.25.1.4.3 Extratos dos Depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

20.3.25.1.4.4 Exames Médicos Demissionais dos empregados dispensados.

20.3.26 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 20.3.25.1.1 acima deverão ser apresentados.

20.3.27 Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 20.3.25.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

20.3.28 A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de



providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

20.3.29 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no artigo 507-B, parágrafo único, da CLT.

20.3.30 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

20.3.31 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

20.3.32 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

20.3.33 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

20.3.34 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

20.3.35 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o(s) fiscal (is) ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

20.3.36 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

20.3.37 A Contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

20.3.38 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

20.3.39 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20.3.40 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

20.3.41 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

20.3.42 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

20.3.43 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

20.3.44 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

20.3.45 A fiscalização observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEAD nº 007, de 16 de novembro de 2023.

20.3.46 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

20.4. Gestor do Contrato

20.4.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

20.4.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

20.4.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20.4.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

20.4.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

20.4.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

20.4.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20.5. Do recebimento

20.5.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Artigo 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).

20.5.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

20.5.3 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, X).

20.5.4 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 25, VII).

20.5.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

20.5.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

20.5.7 O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

20.5.8 O fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

20.5.9 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

20.5.10 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.5.11 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (artigo 119 c/c artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5.12 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.5.13 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.5.14 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

20.5.15 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

20.5.16 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII);





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20.5.17 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

20.5.18 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

20.5.19 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

20.5.20 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

20.5.21 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.5.22 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

20.5.23 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

20.5.24 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

20.5.25 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.5.26 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012;

20.5.27 Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, Não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

20.5.27.1 O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

20.5.28 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

20.5.29 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

20.5.30 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

20.5.31 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

20.5.32 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.5.33 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

20.5.34 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFIL/PB.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Forma de Pagamento

20.5.35 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

20.5.36 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

20.5.37 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.5.37.1 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

20.5.37.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.5.37.3 Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013.

20.5.37.4 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

20.5.38 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Conta-Depósito Vinculada

20.5.39 Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da Contratada, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se referem a Lei Estadual nº 10.725/2016 e o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017, aplicável por força do art. 1º da Instrução Normativa SEAD nº 007/ 2023, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.5.40 Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

20.5.41 A Contratada deve autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.5.42 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados



exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.5.43 A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

20.5.44 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.44.1 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.44.2 Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.44.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.44.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.5.45 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

20.5.46 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.5.47 Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.5.48 A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.5.49 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.



20.5.50 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.5.51 A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.5.52 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

21. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LICITANTE

21.1. Efetuar o credenciamento junto ao órgão provedor do sistema por intermédio do site www.gov.br/compras.

21.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

21.3. A fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.4. Manter o compromisso de executar o objeto deste Edital nas condições estabelecidas e prazo de validade da proposta, caso vencedor da licitação.

21.5. Cumprir os prazos e demais exigências deste Edital.

21.6. Tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, inclusive, da minuta do contrato a ser assinada, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@ses.pb.gov.br, sublic@ses.pb.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Secretaria de Estado da Saúde, na sala da Subgerência de Licitação/SES-PB.



22.3 Caberá ao(à) Agente de contratação/pregoeiro (a), auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Agente de contratação/pregoeiro (a), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O(A) Agente de contratação/pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Agente de contratação/pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 É facultada ao(à) Agente de contratação/pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.2 No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Agente de contratação/pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo -lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.



23.4. Em todas as fases do procedimento licitatório e antes da assinatura do contrato, serão efetuadas consultas ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado da Paraíba-CAFIL/PB, sendo excluída do processo a empresa que estiver nele inscrita.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária da Comarca de João Pessoa-PB, com exclusão de qualquer outro.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Termo de Referência.

23.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.

23.11. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.

23.12 A participação na presente licitação implica o pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, não podendo o licitante alegar desconhecimento de quaisquer elementos necessários à formulação da proposta e à execução do contrato.

24. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

24.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos.

24.2 ANEXO II - Minuta do Contrato.

24.3 ANEXO III - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

24.4 ANEXO IV - Modelo da proposta de preços - Acesse o link abaixo para baixar o modelo(sugestão):<http://www.centraldecompras.pb.gov.br/appls/ccompras/central.nsf/76381BF6D3C51BE403257AA70059EC3A?OpenPage>

João Pessoa/PB, 23 de abril de 2026.

Luiz Humberto Ruffo Camurça
Subgerente de Planejamento das Aquisições e Contratações para Saúde
Matrícula nº 178.921-0





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____, CEP, Bairro, Cidade, por intermédio de seu representante legal, (Nome/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no Inciso III do Art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

João Pessoa, em _____ de _____ de 20 ____.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa]





ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº 25.000.004392.2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Contratação de Serviço Especializado em Recepção e Auxiliar de Portaria**, a serem executados **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) situados nas 3 Macrorregiões de Saúde geridas pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos da tabela constante no Anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições iniciais da contratação, assegurada a repactuação dos valores quando cabível.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é primordial para resguardar, organizar e recepcionar os pacientes e oferecer atendimento aos demais cidadãos que frequentam os serviços de saúde ofertados pela Secretaria de Estado da Saúde através das diretrizes do Sistema Único de Saúde, evitando questões relacionadas à solução de continuidade nos serviços de saúde pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anuais de 2025 (PCA 2025)** da Secretaria de Estado da Saúde, com código de cadastro sob nº CENL-DCYG53, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 7ª (sétima) edição da Advocacia-Geral da União (AGU) (BRASIL, 2024)**:

4.1.1. Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).

4.1.2. Decreto Federal nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 (Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

4.1.3. Decreto Federal nº 11.430, de 8 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pela licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

1.1.1. Norma Regulamentadora nº 32, do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a natureza contínua dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, que exige gestão direta pela contratada quanto à alocação, supervisão e controle dos profissionais.

4.2.1. A vedação à subcontratação visa assegurar a adequada execução contratual, a responsabilização direta da contratada e o cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 13/04/2026 - 18:17hs, [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 13/04/2026 - 20:49hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 15/04/2026 - 09:07hs.
Documento Nº: 7102686.90302266-4147 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.90302266-4147>



SESPRC202504392V03



Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.
- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.
- 4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é altamente recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 às 11:30h e das 13 às 16h, podendo ser agendado através do npse.ses@gmail.com ou **(83) 3211-9031**.
- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.8.1. Caso não haja possibilidade de concluir a visita e vistoria técnica no mesmo dia será continuada no dia seguinte às 09h, se não houver outra empresa marcada para esse horário, se houver, será marcada a continuação da visita para o horário disponível.
- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.9.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 4.9.2. Após a vistoria, a licitante deverá prestar declaração formal assinada de que tomou conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta, conforme modelo contido no Anexo II.
- 4.9.3. Toda e qualquer despesa com visita e vistoria correrá por conta da licitante interessada.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

4.10. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo contido no Anexo III.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.12. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 15 (quinze) dias contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser ajustado mediante cronograma de implantação aprovado pela Administração.

5.1.2. Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com a devida observância à legislação, à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, às normas pertinentes e à boa técnica com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.1.3. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades da Contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal dos respectivos locais de trabalho, adequando-se à realidade administrativa de cada um dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde em que os funcionários da Contratada estejam lotados;

5.1.3.1. Remanejar pessoal dentro dos Estabelecimentos de acordo com a organização administrativa e fluxo de trabalho.

5.1.4. A contratação será realizada observada as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e as condições do local objeto de contratação, com índices de produtividade constantes do item 3 do Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017, de 05 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.1.4.1. As normas de segurança constante deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência no desenvolvimento dos serviços.

5.1.5. Os funcionários da Contratada devem manter os ambientes organizados e limpos;

5.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, sendo vedada a subcontratação do objeto.

5.1.7. Comunicar, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes;

5.1.8. Todas as despesas diretas e indiretas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato correrão por conta exclusiva da contratada, sem prejuízo das responsabilidades legais aplicáveis, cabendo à contratada comprovar, sempre que solicitado, o cumprimento de tais obrigações.

5.1.9. A Contratada responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado seja ao patrimônio ou a terceiros, decorrentes da prestação do serviço, não restando qualquer responsabilidade ao Estabelecimento, sequer subsidiária;

5.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou qualquer procedimento que esteja em desconformidade com as especificações da Contratante;

5.1.11. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços;

5.1.12. Todo e qualquer investimento que porventura venha a ser realizado em função do Estabelecimento Assistencial de Saúde, em virtude da prestação de serviços ora contratado, findado o Contrato, por rescisão unilateral, bilateral ou por prazo, passarão tais investimentos, materiais e/ou de equipamentos relacionados à infraestrutura e espaço físico das instalações, a integrar o Patrimônio da Contratante.

5.1.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.1.15. Apresentar, sempre que solicitado, comprovações de regularidade que venham a ser solicitadas pela Contratante;

5.1.16. Permitir que a execução dos serviços seja acompanhada, fiscalizada e vistoriada pela Contratante, que possuirá a prerrogativa de exigir que a Contratada que cumpra as obrigações;

5.1.17. Executar as rondas diárias, conforme as orientações recebidas do preposto da Contratante, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações;

5.1.18. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

5.1.19. É de responsabilidade exclusiva e integral da Contratada a utilização de pessoal próprio para execução e organização administrativa do objeto deste termo de referência;

5.1.19.1. Realizar a comprovação do vínculo empregatício dos empregados disponibilizados para a execução do serviço, mediante a apresentação de carteira de trabalho expedida pelo Ministério do Trabalho ou ficha de registro do empregado;

5.1.19.2. Exercer o controle de assiduidade e pontualidade sobre seus empregados, e apresentando ao Fiscal do Contrato a competente documentação para fins de medição;

5.1.19.3. Prover toda a mão de obra necessária a garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

5.1.19.4. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como impedir que seja mantida ou retorne às instalações da unidade a mão de obra que vier a cometer falta disciplinar qualificada de natureza grave;

5.1.19.5. Providenciar, imediatamente, as substituições da mão de obra qualificada ou entendida como inadequada para prestação dos serviços, sempre que solicitado pela Contratante;

5.1.19.6. Já para os casos de férias, a Contratada deverá se programar a fim de evitar a descontinuidade do serviço, sendo que a partir do 1º dia sem a cobertura do posto implicará em descumprimento contratual, cabendo a aplicação da respectiva advertência ou glosa, conforme previsto nesse Termo de Referência.





5.1.20. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

5.1.20.1. Além dos uniformes, a empresa contratada deverá fornecer gratuitamente aos seus funcionários EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) adequados ao tipo de serviço a ser desempenhado por estes, conforme determina o Art. 166 da Consolidação das Leis de Trabalhos, Capítulo V, da Segurança e da Medicina do Trabalho, Seção IV;

5.1.20.2. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;

5.1.20.3. Todos os EPIs entregues devem possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho, conforme rege a Norma Regulamentadora nº 06 (NR 6);

5.1.20.4. A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.

5.1.21. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução de serviços;

5.1.22. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

5.1.22.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

5.1.22.2. É de total responsabilidade da Contratada o pagamento dos funcionários necessários à prestação do serviço objeto do presente Termo;

5.1.22.3. Assumir todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados por seus funcionários e/ou preposto(s);





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.1.22.4. Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, em conformidade com o artigo 459 § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como recolher no prazo legal todos os encargos decorrentes.

5.1.23. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

5.1.24. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.1.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Saúde e Segurança do Trabalho, não gerando qualquer vínculo empregatício com a mesma;

5.1.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.1.27. Instruir seus empregados a manter seus postos de trabalho, não devendo se afastarem de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

5.1.27.1. Orientá-los a manter-se sempre alertas, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade.

5.1.28. Comunicar à segurança a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita, indício de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;

5.1.29. Orientar seus empregados a observar prazo estipulado para execução de suas tarefas e cumprir rotinas diárias do setor;

5.1.30. Instruir seus empregados a não fazer qualquer tipo de refeição em seu respectivo posto de trabalho;

5.1.31. Disciplinar e restringir o uso de internet e celular para uso particular no local de trabalho;

5.1.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.1.33. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.1.33.1. A Contratada deverá manter as informações e dados da Unidade em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a Contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado;

5.1.34. Não utilizar o nome da Contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.

5.1.35. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;

5.1.36. Atender a qualquer solicitação de fiscalização interna e/ou externa, tais como: Fiscais do Trabalho, Fisco Municipal, Fisco Estadual, Fisco Federal, TCE, TCU e demais órgãos de fiscalização e apresentar, sempre que solicitado, a documentação relativa à regularidade fiscal da Empresa, correspondente as Certidões de Regularidade Fiscal Municipal, Estadual e Federal, bem como as relativas ao FGTS e regularidade fiscal Trabalhista.

5.1.37. Requisitos mínimos do posto de recepcionista:

- 5.1.37.1. Ter no mínimo Ensino Médio Completo;
- 5.1.37.2. Domínio do Windows e dos aplicativos do *MS Office: Word e Excel*;
- 5.1.37.3. Cursos complementares desejáveis: atendimento ao público;
- 5.1.37.4. Boa dicção e redação;
- 5.1.37.5. Possuir residência fixa;
- 5.1.37.6. Não ter antecedentes criminais;
- 5.1.37.7. Não ser usuário de álcool e/ou drogas.
- 5.1.37.8. Competências Pessoais necessárias:
 - 5.1.37.8.1. Agir com bom senso;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.1.37.8.2. Demonstrar capacidade de se antecipar às necessidades dos usuários;
- 5.1.37.8.3. Agir com afabilidade, educação;
- 5.1.37.8.4. Demonstrar organização e autonomia;
- 5.1.37.8.5. Espírito de iniciativa;
- 5.1.37.8.6. Facilidade de trabalhar com sistemas informatizados;
- 5.1.37.8.7. Bom relacionamento interpessoal;
- 5.1.37.8.8. Ter habilidade de trabalhar em equipe;
- 5.1.37.8.9. Ter habilidade para negociação;
- 5.1.37.8.10. Ter boa capacidade de comunicação;
- 5.1.37.8.11. Flexibilidade a mudanças;
- 5.1.37.8.12. Agir com cortesia e paciência;
- 5.1.37.8.13. Capacidade de conviver com doenças e morte;
- 5.1.37.8.14. Manter a comunicação verbal fluente, clara e eficientes em situações de grande pressão emocional;
- 5.1.37.8.15. Ser criativo e inovador;
- 5.1.37.8.16. Ser assertivo;
- 5.1.37.8.17. Agir com ética;
- 5.1.37.8.18. Ser prudente;
- 5.1.37.8.19. Ser flexível;
- 5.1.37.8.20. Compartilhar conhecimentos;
- 5.1.37.8.21. Buscar o autodesenvolvimento.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.1.38. Requisitos mínimos do posto de auxiliar de portaria:

- 5.1.38.1. Ter, no mínimo, Ensino Médio Completo;
- 5.1.38.2. Ter experiência comprovada de, no mínimo, 6 (seis) meses;
- 5.1.38.3. Curso complementar necessário: atendimento ao público, brigada de incêndio, primeiros socorros;
- 5.1.38.4. Boa dicção e redação;
- 5.1.38.5. Possuir residência fixa;
- 5.1.38.6. Não ter antecedentes criminais;
- 5.1.38.7. Não ser usuário de álcool e/ou drogas.
- 5.1.38.8. Competências Pessoais Necessárias:
 - 5.1.38.8.1. Agir com bom senso;
 - 5.1.38.8.2. Manter postura e autocontrole;
 - 5.1.38.8.3. Ter atenção;
 - 5.1.38.8.4. Demonstrar capacidade de se antecipar às necessidades das pessoas;
 - 5.1.38.8.5. Agir com afabilidade, educação;
 - 5.1.38.8.6. Manter a comunicação verbal fluente, clara e eficientes em situações de grande pressão emocional;
 - 5.1.38.8.7. Demonstrar organização;
 - 5.1.38.8.8. Espírito de iniciativa;
 - 5.1.38.8.9. Ser prestativo;
 - 5.1.38.8.10. Bom relacionamento interpessoal;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.1.38.8.11. Ter habilidade de trabalhar em equipe;
- 5.1.38.8.12. Demonstrar flexibilidade;
- 5.1.38.8.13. Agir com cortesia e paciência;
- 5.1.38.8.14. Capacidade de lidar com o público;
- 5.1.38.8.15. Ser desinibido;
- 5.1.38.8.16. Capacidade de conviver com doenças e morte.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: **nas dependências dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) situados nas 3 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba listados no Anexo IV.**

5.2.1. Os serviços serão prestados nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde supramencionados, podendo sofrer alterações, caso algum destes passem a ser geridos pela Fundação Paraibana de Gestão em Saúde (PB SAÚDE). Assim, tão logo seja firmado o Contrato de Gestão e ocorra a transição, a Fundação assumirá a gestão dos serviços ora demandados.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: os serviços deverão ser realizados em jornadas diurnas e noturnas, utilizando escalas de acordo com o disposto no Anexo V.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Os recepcionistas e auxiliares de portaria ficarão distribuídos nos setores na forma especificada pela Contratante, com o auxílio técnico da Contratada, de acordo com a rotina de cada Estabelecimento.

5.4.2. As escalas de repouso e horário para refeições devem ser estabelecidas pela Contratada, respeitando as normas legais cabíveis e aplicáveis às categorias em questão.

5.4.2.1. A Contratante não fornecerá alimentação aos colaboradores vinculados à Contratada, ressalvada a possibilidade de utilização das dependências da unidade hospitalar, desde que adequadas, e após anuência da Direção Geral ou Administrativa, para a realização da alimentação





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

pessoal do colaborador, às suas despesas ou às despesas da Contratada, cumpridas as medidas de segurança e higiene da unidade.

5.4.2.2. O local de repouso dos funcionários ficará à cargo da Contratada e toda despesa inerente a esta questão será às suas despesas.

5.4.3. Descrição de tarefas específicas do posto de recepcionista:

5.4.3.1. Manter em seu poder, quando em serviço, os números dos telefones dos seguintes órgãos: “Polícia Militar do Estado da Paraíba”, “Corpo de Bombeiros do Estado da Paraíba”, SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e da vigilância interna, bem como outros números de interesse que serão, oportunamente, fornecidos por cada Estabelecimento de saúde;

5.4.3.2. Recepcionar, orientar e encaminhar o público em geral, que comparecer às instalações de cada Estabelecimento de saúde, inclusive autoridades, prestando-lhes as informações e orientações que se fizerem necessárias, anunciando-os às pessoas que deverão autorizar sua entrada quando necessário;

5.4.3.3. Identificar os visitantes que desejem acessar as instalações de cada Estabelecimento de saúde, mediante a apresentação de documento válido de identificação e/ou normas internas;

5.4.3.4. Desempenhar outras atividades de nível e complexidade inerente à sua função;

5.4.3.5. Executar trabalhos de digitação;

5.4.3.6. Digitar quadros e tabelas de múltipla entrada;

5.4.3.7. Preparar expedientes sobre assuntos simples e movimentar processos com o atendimento de normas pré-estabelecidas;

5.4.3.8. Atender ao público interno e externo;

5.4.3.9. Atender e direcionar ligações telefônicas;

5.4.3.10. Entregar formulários e documentos a interessados, de acordo com as normas de cada Estabelecimento de saúde;

5.4.3.11. Organizar, atualizar e arquivar documentos;

5.4.3.12. Cumprir com as rotinas de serviços estipuladas no setor;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.4.3.13. Encaminhar materiais a outros setores;
- 5.4.3.14. Protocolar documentos na unidade, registrando entrada, saída e movimentações;
- 5.4.3.15. Receber e encaminhar volumes, correspondências e outros expedientes;
- 5.4.3.16. Auxiliar nos trabalhos de classificação, codificação e catalogação de papéis e documentos;
- 5.4.3.17. Operar máquinas simples de reprodução de documentos e telefones;
- 5.4.3.18. Arquivar processos, documentos e papéis em geral;
- 5.4.3.19. Auxiliar na conferência, consolidação e encaminhamento de formulários e documentos em geral;
- 5.4.3.20. Providenciar a embalagem de materiais segundo a sua natureza;
- 5.4.3.21. Solicitar consertos necessários à conservação de bens, instalações e equipamentos;
- 5.4.3.22. Preparar agenda;
- 5.4.3.23. Utilizar aplicativos de informática para edição de textos, planilhas, elaboração e montagem de documentação e gravação de mídias;
- 5.4.3.24. Realizar controle de acesso de pessoas às dependências de cada Estabelecimento de saúde, nas formas determinadas pelo Gestor de Serviços;
- 5.4.3.25. Efetuar a distribuição de formulários, folders e documentos diversos, segundo as orientações do Gestor de Serviços, de acordo com a demanda observada;
- 5.4.3.26. Prestar informações aos usuários, pessoalmente, por telefone ou qualquer outro meio de comunicação, vinculadas às normas internas de funcionamento de cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.3.27. Orientar aos usuários quanto à localização e horário de funcionamento dos serviços, bem como organizar filas para atendimento, dando preferência aos idosos, gestantes e deficientes, conforme previsto em lei;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.4.3.28. Manter absoluto sigilo sobre as informações recebidas ou adquiridas no exercício da função;
- 5.4.3.29. Realizar a triagem do serviço demandado de acordo com a tabela de serviços disponibilizados por cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.3.30. Avaliar o melhor encaminhamento a ser dado ao usuário no momento em que este precise do serviço, articulando solicitantes e possíveis executores com agilidade e precisão técnica;
- 5.4.3.31. Viabilizar e monitorar a execução dos procedimentos ambulatoriais via sistema;
- 5.4.3.32. Realizar contato telefônico com pacientes e secretarias de saúde realizando cancelamento dos procedimentos agendados;
- 5.4.3.33. Colaborar nas transferências internas priorizando pacientes da urgência, evitando o cancelamento cirurgias eletivas;
- 5.4.3.34. Emitir e colocar no paciente a pulseira de identificação;
- 5.4.3.35. Atender às descrições e demais condições referentes à função segundo o código 5221 da Classificação Brasileira de Ocupações.

5.4.4. Descrição de tarefas específicas auxiliar de portaria:

5.4.4.1. AUXILIAR DE PORTARIA DIURNO

- 5.4.4.1.1. Controlar o ingresso de pessoas nas dependências de cada um dos Estabelecimentos de saúde, permitindo somente aquelas previamente autorizadas e identificadas;
- 5.4.4.1.2. Distribuir crachás de identificação para visitantes, por ocasião da entrada autorizada, e recolhimento quando da saída;
- 5.4.4.1.3. Controlar rigorosamente a entrada e saída de bens patrimoniais, equipamentos, materiais, medicamentos e alimentos nas dependências da instituição, permitindo somente mediante autorização expedida pelo setor competente;
- 5.4.4.1.4. Controlar o horário de visita e não permitir a entrada de pessoas trajando roupas inadequadas (sem camisa, roupas transparentes, minissaias, decote avantajado, bermuda, camiseta sem manga, etc.);





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.4.4.1.5. Observar o uso de crachá de identificação de visitantes, fornecido pela recepção, a altura do peito ou em local bem visível;
- 5.4.4.1.6. Controlar trocas ou revezamentos de acompanhantes, permitindo somente nos horários definidos pela norma interna de cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.4.1.7. Observar as normas da instituição de proibição de fotografar e realizar filmagens nas dependências de cada um dos Estabelecimentos de saúde, seja com celular, máquina fotográfica, filmadora ou outros equipamentos;
- 5.4.4.1.8. Controlar a circulação de acompanhantes e visitantes nos corredores de cada Estabelecimento de saúde evitando visitas inoportunas e não autorizadas a outras enfermarias e outros leitos;
- 5.4.4.1.9. Orientar os acompanhantes, em observância às normas da instituição, sobre a utilização de guarda volumes para guarda de pertences pessoais (cheques, dinheiro, jóias e outros) como forma de evitar a perda ou subtração de objetos nas dependências de cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.4.1.10. Controlar a entrada e saída do público, não permitindo sob quaisquer formas a entrada de vendedores e similares;
- 5.4.4.1.11. Controlar a entrada de crianças nas dependências internas dos Estabelecimentos de saúde, permitindo somente em caso de internação/atendimento;
- 5.4.4.1.12. Impedir o acesso de animais de qualquer espécie, sob qualquer hipótese;
- 5.4.4.1.13. Coibir a utilização das instalações de cada Estabelecimento de saúde para guarda de objetos estranhos ao local, incluindo bens de servidores, empregados ou de terceiros, bem como panfletos ou qualquer material de propaganda, sem autorização prévia;
- 5.4.4.1.14. Encaminhar à direção as correspondências, comunicados e publicações, tais como periódicos, revistas, jornais e etc.;
- 5.4.4.1.15. Comunicar imediatamente ao Preposto sobre qualquer irregularidade atípica ou anormalidade verificada em relação ao cumprimento das normas e rotinas da instituição;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.4.4.1.16. Comunicar ao seu substituto, quando da troca de turno, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anormalidade observada nas instalações e suas imediações;
- 5.4.4.1.17. Comunicar a autoridade vigilância interna de qualquer evento que demande sua intervenção;
- 5.4.4.1.18. Manter afixado em local visível e de fácil acesso, o número dos telefones da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, vigilância interna e de setores e órgãos fornecidos pelos responsáveis de cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.4.1.19. Manter-se no local de serviço, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 5.4.4.1.20. Orientar os visitantes quanto a localização e horário de funcionamento dos serviços, bem como organizar filas para atendimento dando preferência aos idosos, gestantes e deficientes, conforme previsto em lei;
- 5.4.4.1.21. Oferecer combate inicial em caso de início de incêndio, utilizando os equipamentos disponíveis, após providenciar iniciais de alerta aos ocupantes dos setores e comunicação ao Corpo de Bombeiros Militar;
- 5.4.4.1.22. Assumir diariamente o local de serviço, devidamente identificado, uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- 5.4.4.1.23. Primar pela assiduidade e pontualidade;
- 5.4.4.1.24. Prestar atendimento cortês ao abordar ou ser abordado por qualquer cidadão, seja ele servidor, usuário ou visitantes de cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.4.1.25. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, dedicando especial atenção a sua guarda quando for o caso;
- 5.4.4.1.26. Dar fiel e cabal cumprimento às normas internas cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.4.1.27. Manter comunicação interna com os outros auxiliares de portaria plantonistas através de equipamento de comunicação fornecido pela Contratada;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.4.4.1.28. Tomar conhecimento com antecedência, da escala de serviço e das instruções existentes;
- 5.4.4.1.29. Zelar pela limpeza e organização do local do trabalho;
- 5.4.4.1.30. Comunicar, imediatamente, ao Preposto sobre qualquer irregularidade que necessite de providência imediata;
- 5.4.4.1.31. Proceder a vigilância as imediações, verificar portas, janelas, fechando-as adequadamente, apagar luzes desnecessárias e demais providências que contribuam para salvaguardar o patrimônio público;
- 5.4.4.1.32. Cumprir determinações recebidas e executá-las de acordo com as exigências do serviço;
- 5.4.4.1.33. Ser reservado no trato de assuntos relacionados ao serviço;
- 5.4.4.1.34. Manter o relacionamento de cordialidade e de cooperação para os demais profissionais em escala de serviço de cada Estabelecimento de saúde;
- 5.4.4.1.35. Identificar as pessoas suspeitas dentro do recinto em que estiver de serviço e tomar as providências preventivas necessárias;
- 5.4.4.1.36. Agir, prontamente, na ocorrência de fato anormal, como incêndio, desordens internas, homicídio, espionagem, sabotagem, desabamento, assalto ou qualquer outra ação criminosa.
- 5.4.4.1.37. Desempenhar outras atividades de nível e complexidade inerentes à sua função.
- 5.4.4.2. **AUXILIAR DE PORTARIA NOTURNO:** Além de todas as atividades específicas para o auxiliar de portaria diurno, caberá ainda ao auxiliar de portaria noturno:
- 5.4.4.2.1. Impedir o acesso às dependências internas de cada Estabelecimento de saúde, de funcionários ou terceiros, depois de encerrar o expediente, sem prévia autorização e identificação do setor de destino e registro no livro de ocorrência;
- 5.4.4.2.2. Controlar a entrada de servidores e empregados fora do horário de expediente, permitindo somente quando autorizados, registrando no livro de registro de ocorrência.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

5.4.5. Os profissionais não devem utilizar adornos (anéis, pulseiras, relógios, colares, piercing, brincos) durante o período de trabalho, nos termos da NR 32.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Disponibilização de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para prestação dos serviços necessários permanentemente, com a frequência que se fizer necessária, com os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.

5.5.2. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração, não sendo permitido aos funcionários da Contratada retirar-se dos prédios ou instalações da Contratante portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da fiscalização do contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. As obrigações constantes nos dispositivos elencados neste instrumento e nos seus anexos.

5.6.2. Os anexos que complementam este instrumento.

5.6.3. Os itens estão distribuídos por lote, conforme localização geográfica, conforme disposto nos anexos deste instrumento.

5.6.3.1. O parcelamento do objeto não impede que uma mesma empresa participe do certame em mais de um lote, desde que a mesma, caso seja vencedora da licitação, tenha capacidade operacional de atender a todos os Estabelecimentos distribuídos nas macrorregiões.

5.6.4. Para elaboração da proposta de preços, as empresas poderão utilizar os quadros e planilhas conforme Anexos VIa e VIb, adaptando-os de forma que se adeque a sua proposta financeira e que inclua custos e despesas referentes a itens, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios não previstos neste instrumento e necessários a execução do objeto deste termo, discriminando cada um deles.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

5.6.5. Para elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT vigente celebrada entre o sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores.

5.6.5.1. Classificação Brasileira de Ocupações:

5.6.5.1.1. Tipo de Serviço: Recepção - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 4221-10;

5.6.5.1.2. Tipo de Serviço: Auxiliar de portaria - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 5174.

5.6.5.2. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025: PB000113/2025;

5.6.5.3. O percentual de insalubridade, caso seja cabível, deverá estar de acordo com o regramento indicado pela licitante em sua proposta (sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço).

5.6.5.3.1. Caso o regramento citado no item anterior não indique o adicional de insalubridade da categoria, deverá ser utilizado o percentual previsto na NR-15, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.6.5.4. Adicional noturno de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora diurna;

5.6.5.4.1. Para efeito de percentual de adicional noturno, as atividades devem ser desempenhadas em horário legalmente definido como noturno, o que compreende das 22h de um dia até as 5h de outro. O trabalhador que desempenha atividades durante este horário, deve ter o valor de sua hora aumentado em, no mínimo, 20%, conforme previsto no artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

5.6.5.5. A empresa deverá informar o sindicato dos trabalhadores estão vinculados;

5.6.5.6. Os encargos sociais não poderão ser inferiores a 84% sob pena de desclassificação da licitante.

5.6.6. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da empresa, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior, seja para mais ou para menos.

5.6.6.1. Caberá pedido de repactuação, a ser deliberado nos termos previstos em seção subsequente neste instrumento e no Termo de Contrato dele proveniente.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.6.7. Os materiais de consumo a serem utilizados nos serviços serão fornecidos diretamente pela empresa contratada, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos materiais e financeiros empregados, uma vez que a contratada será a maior interessada em racionalizar tais recursos;

5.6.8. O levantamento do quantitativo de recursos humanos estimados para suprir a demanda de profissionais em cada um dos Estabelecimentos está disposta no Anexo V;

5.6.8.1. A Contratada deverá prover pessoal para não permitir que os postos de trabalho fiquem desacombertados nos horários de refeição e repouso;

5.6.8.2. Remanejar pessoal dentro dos Estabelecimentos de acordo com a organização administrativa e fluxo de trabalho.

5.6.9. Observar os direitos que são definidos pela Constituição Federal, legislação trabalhista e pelas convenções coletivas de trabalho (CCT), que regulamentam as categorias ora demandadas.

Especificação da garantia do serviço (artigo 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário para recepcionistas e auxiliares de portaria, de acordo com o gênero de cada funcionário:

5.8.1.1. Calça em tecido apropriado na cor a ser definida pela Contratada;

5.8.1.2. Camisa em tecido apropriado de manga curta ou comprida, modelos masculino e feminino, bolso superior esquerdo com a identificação da licitante, abotoamento frontal na cor a ser definida pela Contratada;

5.8.1.3. Sapato fechado na cor preta;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 5.8.1.4. Pares de meias social, 100% algodão, na cor preta.
- 5.8.1.5. Blazer masculino e feminino;
- 5.8.1.6. Agasalhos específicos para a estação do ano;
- 5.8.1.7. Crachá (nome e sobrenome do profissional, nome e logomarca da empresa, função e CPF ou matrícula do profissional).

5.8.2. Disponibilizar 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

5.8.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.8.3.1. Os uniformes deverão ser confeccionados em tecido apropriado na cor padrão da Contratada, deverão nas costas dos jalecos e guarda-pó constar o nome da empresa, e abaixo a frase: “A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE”;

5.8.3.2. As peças devem ser confeccionadas para gêneros masculinos e femininos com tecido e material de qualidade;

5.8.3.3. O tecido do uniforme deverá ser adequado à temperatura do ambiente a ser trabalho, oferecendo conforto térmico ao trabalhador.

5.8.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.10. A Contratada, ao término do contrato, deverá fornecer à Contratante o banco de dados, bases de dados e congêneres que contenham as informações referentes ao contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa para cada um dos lotes durante o período de início da execução contratual e quando for necessária sua intervenção.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

- 6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI).
- 6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II).
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, III).
- 6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, IV).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).
- 6.15. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).
- 6.16. A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente através do INSTRUMENTO MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), conforme Anexo VII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.18. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.19. O Preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.20. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021 e artigo 62 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, §2º, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017).

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, além do disposto acima, a obrigação de que cada Estabelecimento deverá estabelecer, por meio de portaria interna, o colaborador que será responsável pela fiscalização do serviço realizado pela Contratada, com a obrigação de obedecer todas as disposições deste tópico.

6.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEAD nº 007, de 16 de novembro de 2023.

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6.30. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

6.32. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. Relação dos Empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. Exames Médicos Admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no SIREF/PB:

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 6.33.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- 6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.33.1.3. entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.33.1.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- 6.33.1.3.2. Cópia da Folha de Pagamento Analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte Contratante;
- 6.33.1.3.3. Cópia dos Contracheques dos Empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, Cópia de Recibos de Depósitos Bancários;
- 6.33.1.3.4. Comprovantes de Entrega de Benefícios Suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 6.33.1.3.5. Comprovantes de Realização de Eventuais Cursos de Treinamento e Reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.33.1.4.1. Termos de Rescisão dos Contratos de Trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.33.1.4.2. Guias de Recolhimento da Contribuição Previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.33.1.4.3. Extratos dos Depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.33.1.4.4. Exames Médicos Demissionais dos empregados dispensados.





6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3. Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no artigo 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o(s) fiscal (is) ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.





6.33.13. A Contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de **15 (quinze) dias**, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21. A fiscalização observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEAD nº 007, de 16 de novembro de 2023.

6.33.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Gestor do Contrato

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), conforme previsto no Anexo VII.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Qualidade do Atendimento ao Público;

7.4.2. Cumprimento dos horários estabelecidos (início e término do expediente);

7.4.3. Frequência de faltas ou ausências não justificadas;

7.4.4. Substituição eficiente em caso de falta ou ausência de colaboradores;

7.4.5. Capacidade de organização e limpeza do posto de trabalho;

7.4.6. Uniforme adequado e bem cuidado;

7.4.7. Cumprimento das normas internas e de segurança;

7.4.8. Disponibilidade de recursos e equipamentos de apoio.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Artigo 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 7.7. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, X).
- 7.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 25, VII).
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
- 7.10.1. O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.10.2. O fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (artigo 119 c/c artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII);

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.22.1. o prazo de validade;

7.22.2. a data da emissão;

7.22.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.22.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.22.5. o valor a pagar; e

7.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012;

7.22.7. se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, Não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

7.22.7.1. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SIREF/PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.26. Constatando-se, junto ao SIREF/PB e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SIREF/PB e ao CAFIL/PB.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.31. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

7.34.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.34.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34.3. Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013.

7.34.4. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.35. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Conta-Depósito Vinculada

7.36. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da Contratada, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se referem a Lei Estadual nº 10.725/2016 e o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017, aplicável por força do art. 1º da Instrução Normativa SEAD nº 007/ 2023, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.37. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.38. A Contratada deve autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.39. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.40. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

7.41. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 1.1.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 1.1.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 1.1.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 1.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.42. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

7.43. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.44. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.45. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.46. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.47. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

7.48. A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.49. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

Repactuação dos preços contratados

7.50. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.51. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.51.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.51.2. Para os custos decorrentes do mercado, o reajuste contratual, quando aplicável, observará a variação de índice previsto neste Termo de Referência, contado a partir da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

7.52. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.52.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.53. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.53.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.54. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:





$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial, refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.55. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à repactuação dos preços contratados.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, no modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário, considerando que a execução dos serviços será mensurada com base na quantidade de postos de trabalho efetivamente disponibilizados, conforme valores unitários constantes da planilha de custos e formação de preços, sendo o valor global utilizado exclusivamente para fins de julgamento da proposta.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Técnica

8.4. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.4.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

8.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.1. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências que serão dispostas no edital.

8.6. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **03 (três) anos** na prestação dos serviços, demonstrando que administra ou administrou serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra da mesma natureza da licitação, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.6.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados para o lote ou item ao qual a licitante participe;

8.6.3. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância, a seguir elencadas:

8.6.3.1. Execução dos serviços de recepção e auxiliar de portaria.

8.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEAD nº 007/2023.

8.8. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.9. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.9.1. Para a confirmação de tempo de experiência e de informações contidas no(s) atestado(s) apresentado(s), o(a) Pregoeiro(a) poderá promover diligência no intuito de esclarecer/complementar a instrução do processo, solicitando e obtendo cópias de contratos e outros documentos idôneos.

8.10. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

8.11. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Qualificação Econômico-Financeira

8.12. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há, no máximo, 90 (noventa) dias antes, contados da data da sua apresentação;

8.14. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

8.14.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.14.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.14.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.14.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.15. A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo(s) Índice (s) de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, cujo cálculo, devidamente assinado pelo Contador ou Técnico, deverá acompanhar o Balanço Patrimonial.

$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

8.16. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o Artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.17. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista

8.18. Habilitação jurídica conforme enquadramento empresarial e tributário, acompanhada de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24.1. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

8.25. A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Documentos Complementares

8.26. Declaração negativa de relação familiar ou de parentesco, conforme modelo do Anexo VIII;

8.27. Declaração que não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL/PB, instituído pela Lei Estadual nº 9.697, de 04 de maio de 2012, conforme modelo do Anexo IX;

8.28. Declaração não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo X;

8.29. Declaração de que o contratado cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo do Anexo XI.

8.29.1. Caso a licitante não comprove as cotas declaradas, será inabilitada.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está definido no Anexo I deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 25.101;
- II) Fonte de Recursos: 500/600;
- III) Programa de Trabalho: 10.302.5007;
- IV) Ação Orçamentária: 6051;
- V) Elemento de Despesa: 33.90.37-01.





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXOS

- 1.1. Anexo I – tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.
- 1.2. Anexo II – modelo para Termo de Vistoria.
- 1.3. Anexo III – modelo para Declaração Formal de Dispensa de Vistoria.
- 1.4. Anexo IV – endereços dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.
- 1.5. Anexo V – dimensionamento do quantitativo de recursos humanos necessários para suprir a demanda de profissionais e seus respectivos turnos de trabalho.
- 1.6. Anexo VIa – modelo de formação de custo mensal para um empregado.
- 1.7. Anexo VIb – modelo para a consolidação e apresentação de propostas.
- 1.8. Anexo VII – Instrumentos de Medição de Resultado.
- 1.9. Anexo VIII – modelo de Declaração negativa de relação familiar ou de parentesco.
- 1.10. Anexo IX – modelo de Declaração de ausência de impedimento para contratar com a Administração Pública.
- 1.11. Anexo X – modelo de Declaração que não emprega menor de idade.
- 1.12. Anexo XI – modelo de Declaração de reserva de cargos.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica

Elaborado por:

JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA

Chefia do Núcleo de Planejamento em Serviços e Engenharia para Saúde e Afins
Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações
Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde - SES/PB
Matrícula nº 193.768-5





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA

Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações
Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde - SES/PB
Matrícula nº 178.921-0

ANDRÉ MARTINS PEREIRA NETO

Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde
Secretaria de Estado da Saúde
Matrícula nº 195.977-8

Aprovado por:

ARIMATHEUS SILVA REIS

Secretário de Estado da Saúde
Matrícula nº 191.365-4

Histórico de versões:

Criado em: 04/04/2025

Modificado em: 19/08/2025

Atualizado em: 13/04/2026.



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 13/04/2026 - 18:17hs, [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 13/04/2026 - 20:49hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 15/04/2026 - 09:07hs.
Documento Nº: 7102686.90302266-4147 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.90302266-4147>



SESPRC202504392V03



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

N P P - NÚCLEO DE PESQUISA DE PREÇOS - SES/PB

PROCESSO SES-PRC-2025/04392

ANEXO I - Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	LOTE	CODIGO	UNID	QNTD	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	SERVIÇO Especializada em recepção / portaria, conforme detalhamento no termo de referencia.	01	36662	und	1	R\$ 2.888.135,36	R\$ 34.657.624,32
2	SERVIÇO Especializada em recepção / portaria, conforme detalhamento no termo de referencia.	02	36662	und	1	R\$ 1.786.122,56	R\$ 21.433.470,72
3	SERVIÇO Especializada em recepção / portaria, conforme detalhamento no termo de referencia.	03	36662	und	1	R\$ 2.738.658,07	R\$ 32.863.896,84
VALOR TOTAL							R\$ 88.954.991,88

Ângela Maria N de Oliveira
 Assistente Administrativo
 Matrícula 918.971-8

George Alexandre Ribeiro de Oliveira
 Chefe do NPP
 Matrícula 191.485-5



SES-PRC202504392V02



Assinado com senha por [SES98974] [SENHA] ANGELA MARIA NUNES DE OLIVEIRA em 06/08/2025 - 10:44hs.
 Documento Nº: 7102686.68961924-7138 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.68961924-7138>



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO II - Modelo para Termo de Vistoria

_____ (nome empresarial da licitante),
inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede à _____
_____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal,
o (a) Sr. (a) _____, infra-assinado,
portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____,
para fins, **DECLARA**, expressamente que visitou todos os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde
listados no Anexo V, a fim de inspecionar suas instalações físicas para vistoria técnica, obtendo o
conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta
e **SE COMPROMETE** a prestar fielmente os serviços nos termos do Termo de Referência e dos
demais anexos que compõem o processo sob nº _____.

Local, _____, de _____, de _____

Nome e assinatura do Representante Legal da Licitante

OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291809-4316 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291809-4316>



SESPRC202504392V01



ANEXO III - Modelo para Declaração Formal de Dispensa de Vistoria

Atestamos, para fins de participação no Processo sob nº _____/_____, que a _____

(nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede à _____
_____ (endereço completo), por intermédio
de _____ seu representante legal, _____ o _____ (a) Sr.
(a) _____, infra-assinado, portador (a)
da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, declara,
expressamente que optou por **NÃO REALIZAR** a vistoria nos locais de execução dos serviços para
verificação do ambiente físico em questão, e que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e
SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços nos termos do Termo de Referência e dos demais
anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Eletrônico sob nº _____/_____,
Processo nº _____.

Local, _____, de _____, de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal da Licitante

OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291819-4285 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291819-4285>



SESPRC202504392V01

Anexo IV – Relação dos Endereços dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde geridos pela SES/PB

LOTE 01 - 1ª MACRORREGIÃO DE SAÚDE			
TIPO	NOME DO ESTABELECIMENTO	CIDADE	ENDEREÇO
HOSPITAL	HOSPITAL DISTRITAL LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA	BELÉM	RUA: PROJETADA, S/N, NOVA VIDA
UPA	UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE GUARABIRA	GUARABIRA	AV.: JOSE AGOSTINHO DE MEIRELES, S/N, CLÓVIS BEZERRA
HEMORREDE	HEMONÚCLEO GUARABIRA	GUARABIRA	AV.: PREF JOÃO PIMENTEL FILHO, 447
HOSPITAL	HOSPITAL REGIONAL SEBASTIÃO RODRIGUES DE MELO	ITABAIANA	RUA: DEPUTADO ADAUTO PEREIRA DA SILVA, S/N, NOVA ITABAIANA
HEMORREDE	AGÊNCIA TRANSFUSIONAL DE ITABAIANA	ITABAIANA	RUA: DEPUTADO ADAUTO PEREIRA DE LIMA, S/N, NOVA ITABAIANA
HOSPITAL	HOSPITAL GERAL JOSÉ FÉLIX DE BRITO	ITAPOROROCA	RUA: PROJETADA, S/N, ROSEIRAL
HOSPITAL	HOSPITAL DE EMERGÊNCIA A TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA	JOÃO PESSOA	RUA: ORESTE LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM
HOSPITAL	HOSPITAL INFANTIL ARLINDA MARQUES	JOÃO PESSOA	AV.: ALBERTO DE BRITO, S/N, JAGUARIBE
HOSPITAL	HOSPITAL INFANTIL ARLINDA MARQUES - AMBULATÓRIO (SAMARITANO)	JOÃO PESSOA	AV.: SANTA JÚLIA, 35, TORRE
HOSPITAL	HOSPITAL DE DOENÇAS INFECTO CONTAGIOSAS DR. CLEMENTINO FRAGA	JOÃO PESSOA	RUA: ESTER BORGES BASTOS, S/N, JAGUARIBE
HOSPITAL	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO JULIANO MOREIRA / CAPS	JOÃO PESSOA	AV.: DOM PEDRO II, 1826, TORRE
EAS	CENTRAL DE TRANSPLANTES	JOÃO PESSOA	RUA: BORJA PEREGRINO, 181, TORRE
EAS	CEDC - CENTRO ESPECIALIZADO DIAGNÓSTICO DO CÂNCER - AMBULATÓRIO	JOÃO PESSOA	AV.: PRES. EPITÁCIO PESSOA, 600, TORRE
EAS	CEDC - CENTRO ESPECIALIZADO DIAGNÓSTICO DO CÂNCER - LABORATÓRIO	JOÃO PESSOA	AV.: BEIRA RIO, 590, CENTRO
HEMORREDE	HEMOCENTRO DA PARAÍBA	JOÃO PESSOA	AV.: DOM PEDRO II, 1548, JAGUARIBE
EAS	SVO - SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO	JOÃO PESSOA	RUA: TABELIAO ESTANISLAU ELOY, 1455, CONJ. PRES. CASTELO BRANCO III



SES/PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EAS	COCA - CENTRO ODONTOLÓGICO DE CRUZ DAS ARMAS	JOÃO PESSOA	AV.: SÃO PAULO S/N, BAIRRO DOS ESTADOS
HOSPITAL	HOSPITAL DISTRITAL FREI DAMIÃO	LAGOA DE DENTRO	RUA: ALFREDO CHAVES, 20, CENTRO
HOSPITAL	HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE	MAMANGUAPE	RUA: MAL WALFREDO DE ALMEIDA E SILVA, S/N, AREAL
UPA	UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE SANTA RITA	SANTA RITA	AVENIDA PITIMBU, S/N, TIBIRI 2
HOSPITAL	HOSPITAL DISTRITAL DR. OVÍDIO DUARTE	SERRARIA	RUA: ADALGISA CAVALCANTE, S/N CENTRO
HOSPITAL	HOSPITAL ESTADUAL DR. FRANCISCO ASSIS FREITAS	SOLÂNEA	RUA: PROFESSORA ALAIDE SILVA, S/N, CENTRO
LOTE 02 - 2ª MACRORREGIÃO DE SAÚDE			
TIPO	NOME DO ESTABELECIMENTO	CIDADE	ENDEREÇO
HOSPITAL	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE CAMPINA GRANDE	CAMPINA GRANDE	RUA: SIQUEIRA CAMPOS, S/N, PRATA
HOSPITAL	HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	CAMPINA GRANDE	RUA: FLORIANO PEIXOTO, 4700, MALVINAS
HEMORREDE	HEMOCENTRO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE	CAMPINA GRANDE	RUA: EUTÉCIO VITAL RIBEIRO S/N, CATOLÉ
EAS	OPO - ORGANIZAÇÃO A PROCURA DE ÓRGÃOS	CAMPINA GRANDE	ENDEREÇO A DEFINIR
HOSPITAL	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA FILOMENA	MONTEIRO	RUA: EPAMINONDAS AZEVEDO, S/N, CENTRO
HEMORREDE	AGENCIA TRANSFUSIONAL DE MONTEIRO	MONTEIRO	RUA: EPAMINONDAS DE AZEVEDO, S/N, CENTRO
HOSPITAL	HOSPITAL REGIONAL DR FELIPE THIAGO GOMES	PICUI	RUA: FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15, MONTE SANTO
HEMORREDE	AGENCIA TRANSFUSIONAL DE PICUI	PICUI	RUA: LÁZARO JOSÉ ESTRELA
HOSPITAL	HOSPITAL E MATERNIDADE REGIONAL DR. ANTÔNIO LUIZ COUTINHO	POCINHOS	RUA: CÔNEGO JOÃO COUTINHO, 546, CENTRO
HOSPITAL	HOSPITAL GERAL DR PATRICIO LEAL DE MELO	QUEIMADAS	RUA: PROJETADA, S/N, CENTRO
HOSPITAL	HOSPITAL DISTRITAL ANTONIO HILARIO GOUVEIA	TAPEROÁ	AV.: EPITÁCIO PESSOA, 313, CENTRO



SES/PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LOTE 03 - 3ª MACRORREGIÃO DE SAÚDE			
TIPO	NOME DO ESTABELECIMENTO	CIDADE	ENDEREÇO
HOSPITAL	HOSPITAL DISTRITAL FRANCISCO BENTO CABRAL	AGUIAR	RUA: PROJETADA, S/N, EVANDRO CABRAL
HOSPITAL	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS DEP JOSE DE SOUSA MACIEL	CAJAZEIRAS	RUA: TABELIÃO ANTÔNIO HOLANDA, 001, CENTRO
UPA	UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE CAJAZEIRAS	CAJAZEIRAS	RUA: JOSÉ MOREIRA DE FIGUEIREDO, 319, CRISTO REI
HEMORREDE	HEMONÚCLEO DE CAJAZEIRAS	CAJAZEIRAS	RUA: JOSÉ RODOVALHO DE ALENCAR, S/N
HOSPITAL	HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS	CATOLÉ DO ROCHA	RUA: CASTELO BRANCO, 232, BATALHÃO
HEMORREDE	AGÊNCIA TRANSFUSIONAL DE CATOLÉ DO ROCHA	CATOLÉ DO ROCHA	RUA: CASTELO BRANCO, 349, BATALHÃO
HOSPITAL	HOSPITAL E MATERNIDADE ESTEVAM MARINHO	COREMAS	AV.: JOÃO FERNANDES DE LIMA, S/N POMBALZINHO
HOSPITAL	HOSPITAL DISTRITAL DR. JOSE GOMES DA SILVA	ITAPORANGA	RUA: OSWALDO CRUZ, 183, JARDINS
HEMORREDE	HEMONÚCLEO DE ITAPORANGA	ITAPORANGA	RUA: OSWALDO CRUZ, S/N
HOSPITAL	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO	PATOS	RUA: HORÁCIO NÓBREGA, S/N, BELO HORIZONTE
HOSPITAL	MATERNIDADE DR. PEREGRINO FILHO	PATOS	RUA: ELIAS ASFORA, S/N, CENTRO
HOSPITAL	HOSPITAL INFANTIL NOALDO LEITE	PATOS	RUA: HILDO MENEZES, S/N, JUÁ DOCE
HEMORREDE	HEMONUCLEO DE PATOS	PATOS	RUA: 05 DE AGOSTO, S/N, BELA VISTA
HOSPITAL	HOSPITAL REGIONAL WENCESLAU LOPES	PIANCÓ	AV.: JOÃO AGRIPINO FILHO, 302, OURO BRANCO
HEMORREDE	HEMONÚCLEO DE PIANCÓ	PIANCÓ	RUA: LUIZ RUFINO FERREIRA, S/N, OURO BRANCO
HOSPITAL	HOSPITAL REGIONAL SENADOR RUI CARNEIRO	POMBAL	RUA: CORONEL JOÃO LEITE, S/N, CENTRO
UPA	UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE PRINCESA ISABEL	PRINCESA ISABEL	RUA: ALFREDO CARLOS DA COSTA, S/N, MAIA
HEMORREDE	AGÊNCIA TRANSFUSIONAL DE PRINCESA ISABEL	PRINCESA ISABEL	AV.: ALAMEDA DAS ACÁCIAS
HOSPITAL	HOSPITAL E MATERNIDADE SINHA CARNEIRO	SANTA LUZIA	RUA: BONIFÁCIO NÓBREGA, 775, SÃO JOSÉ



SES/PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL	HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES	SOUSA	RUA: JOSÉ FACUNDO DE LIRA, 488, JARDINS
HEMORREDE	HEMONÚCLEO DE SOUSA	SOUSA	RUA: JOSÉ FAGUNDES DE LIRA, S/N
EAS	CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER IV	SOUSA	RUA: RITA DE CÁSSIA, S/N, MUTIRÃO





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Anexo V – Dimensionamento do quantitativo de recursos humanos necessários para suprir a demanda de profissionais e seus respectivos turnos de trabalho

RECEPCIONISTA							
LOTE 01 - 1ª MACRO							
EAS	CIDADE	RECEPÇÃO FUNCIONAMENTO		QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS/PLANTÃO	ESCALA	TOTAL	
Hospital Distrital de Belém Luiz Alexandrino da Silva	BELÉM	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hemonúcleo de Guarabira	GUARABIRA	12h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	4
Unidade de Pronto Atendimento de Guarabira	GUARABIRA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	4	12/36 D	8	12
				2	12/36 N	4	
Agência Transfusional de Itabaiana	ITABAIANA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	12/36 D	2	4
				1	12/36 N	2	
Hospital Regional Sebastião Rodrigues de Melo	ITABAIANA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	9
				2	12/36 N	4	
		8h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	8h D	1	



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital Geral de Itapororoca	ITAPOROROCA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Central Estadual de Transplantes - Sede	JOÃO PESSOA	8h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	8h D	1	1
Centro Especializado de Diagnóstico do Câncer - Epitácio Pessoa	JOÃO PESSOA	8h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	2	8h D	2	4
		8h	RECEPÇÃO MAMOGRAFIA	2	8h D	2	
Centro Especializado de Diagnóstico do Câncer - Beira Rio	JOÃO PESSOA	8h	RECEPÇÃO LABORATÓRIO CITOLOGIA	2	8h D	2	4
		8h	RECEPÇÃO LABORATÓRIO PATOLOGIA	2	8h D	2	
Centro Odontológico de Cruz das Armas - COCA	JOÃO PESSOA	8h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	4	8h D	4	4
Hemocentro da Paraíba	JOÃO PESSOA	12h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	3	12/36 D	6	26
			RECEPÇÃO DOADOR	4	12/36 D	8	
			RECEPÇÃO PACIENTE	2	12/36 D	4	
			RECEPÇÃO DEMANDA JUDICIAL	1	12/36 D	2	
			RECEPÇÃO LABORATÓRIO	1	12/36 D	2	
			RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	1	12/36 D	2	
			RECEPÇÃO COLETA EXTERNA	1	12/36 D	2	
Serviço de Verificação de Óbito - SVO	JOÃO PESSOA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

				2	12/36 N	4	
Complexo de Doenças Infectocontagiosas Clementino Fraga	JOÃO PESSOA	24h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	4	12/36 D	8	34
				4	12/36 N	8	
		12h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	2	12/36 D	4	
		8h	RECEPÇÃO SAE	4	8h D	4	
		8h	RECEPÇÃO PNEUMO 1	4	8h D	4	
		8h	RECEPÇÃO PNEUMO 2	4	8h D	4	
		8h	RECEPÇÃO FISIO	2	8h D	2	
Complexo Pediátrico Arlinda Marques	JOÃO PESSOA	24h	RECEPÇÃO HOSPITAL	3	12/36 D	6	16
				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	3	12/36 D	6	
Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira	JOÃO PESSOA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	27
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO ESPAÇO DE ATENÇÃO À CRISE	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO ENFERMARIA POGGI	1	12/36 D	2	
				1	12/36 N	2	



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

		12h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	2	12/36 D	4	
		8h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	1	8h D	1	
		8h	RECEPÇÃO PERÍCIA	1	8h D	1	
		8h	RECEPÇÃO NAE	1	8h D	1	
Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena	JOÃO PESSOA	24h	RECEPÇÃO ACOLHIMENTO	2	12/36 D	4	30
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO GUARDA VOLUME	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO CAATI	3	12/36 D	6	
				2	12/36 N	4	
		8h	RECEPÇÃO CDI	1	8h D	1	
		8h	RECEPÇÃO ATP	3	8h D	3	
Hospital Distrital de Lagoa de Dentro Frei Damião	LAGOA DE DENTRO	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hospital Geral de Mamanguape	MAMANGUAPE	24h	RECEPÇÃO ADULTO	2	12/36 D	4	28
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO PEDIÁTRICA	2	12/36 D	4	



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO MATERNIDADE	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
			12h	RECEPÇÃO HEMODIÁLISE	2	12/36 D	
Unidade de Pronto Atendimento de Santa Rita	SANTA RITA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	3	12/36 D	6	10
				2	12/36 N	4	
Hospital Distrital de Serraria Dr Ovídio Duarte	SERRARIA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hospital Estadual de Solânea	SOLÂNEA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
TOTAL							261
LOTE 02 - 2ª MACRO							
EAS	CIDADE	RECEPÇÃO FUNCIONAMENTO		QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS/PLANTÃO	ESCALA	TOTAL	
Hospital de Clínicas de Campina Grande	CAMPINA GRANDE	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	19
				2	12/36 N	4	
				1	8h D	1	



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

		24h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
				2	8h D	2	
Hospital de Urgência e Emergência Dom Luiz Gonzaga Fernandes	CAMPINA GRANDE	24h	RECEPÇÃO EMERGÊNCIA	4	12/36 D	8	24
				4	12/36 N	8	
		24h	RECEPÇÃO GUARDA VOLUMES	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
Hemocentro Regional de Campina Grande	CAMPINA GRANDE	12h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	2	12/36 D	4	8
			RECEPÇÃO DOADOR	2	12/36 D	4	
Organização a Procura de Órgãos	CAMPINA GRANDE	8h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	8h D	1	1
Hospital e Maternidade Santa Filomena	MONTEIRO	24h	RECEPÇÃO EMERGÊNCIA	2	12/36 D	4	36
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO MATERNIDADE	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO GUARDA VOLUME	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO CIRÚRGICA	2	12/36 D	4	



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO HEMODIÁLISE	2	12/36 D	4	
Agência Transfusional de Monteiro	MONTEIRO	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	12/36 D	2	4
				1	12/36 N	2	
Agência Transfusional de Picuí	PICUÍ	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	12/36 D	2	4
				1	12/36 N	2	
Hospital Regional Dr. Felipe Thiago Gomes	PICUÍ	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	4	12/36 D	8	20
				2	12/36 N	4	
		8h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	2	12/36 D	4	
		12h	RECEPÇÃO HEMODIÁLISE	2	12/36 D	4	
Hospital e Maternidade Regional Dr. Antônio Luiz Coutinho	POCINHOS	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hospital Geral Dr. Patrício Leal de Melo	QUEIMADAS	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	18
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO GUARDA VOLUMES	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	1	12/36 D	2	



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital Distrital Antônio Hilário Gouveia	TAPEROÁ	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
TOTAL							150
LOTE 03 - 3ª MACRO							
EAS	CIDADE	RECEPÇÃO FUNCIONAMENTO		QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS/PLANTÃO	ESCALA	TOTAL	
Hospital Distrital Francisco Bento Cabral	AGUIAR	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hospital Regional de Cajazeiras Dep. Jose de Sousa Maciel	CAJAZEIRAS	24h	RECEPÇÃO URGÊNCIA	2	12/36 D	4	28
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO MATERNIDADE	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO CENTRAL	2	12/36 D	4	
		12h	RECEPÇÃO CDI	2	12/36 D	4	
12h	RECEPÇÃO PEQUENAS CIRURGIAS	2	12/36 D	4			
Hemonúcleo de Cajazeiras	CAJAZEIRAS	12h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	4



SES/PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Unidade de Pronto Atendimento Drª Valéria Macambira Guedes	CAJAZEIRAS	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos	CATOLÉ DO ROCHA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	13
				2	12/36 N	4	
		8h	MARCAÇÃO	1	8h D	1	
		12h	RECEPÇÃO HEMODIÁLISE	2	12/36 D	4	
Hospital e Maternidade Estevam Marinho	COREMAS	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hospital Distrital Dr. José Gomes da Silva	ITAPORANGA	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Hemonúcleo de Itaporanga	ITAPORANGA	12h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	4
Complexo Hospitalar Dep. Janduhy Carneiro	PATOS	24h	RECEPÇÃO URGÊNCIA	2	12/36 D	4	29
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO HOSPITAL DO BEM	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO GUARDA VOLUME	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

		12h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	2	12/36 D	4	
		8h	RECEPÇÃO RETORNO	1	8h D	1	
Maternidade Dr. Peregrino Filho	PATOS	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	16
				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	2	12/36 D	4	
		12h	RECEPÇÃO BANCO DE LEITE	2	12/36 D	4	
Hospital Infantil Noaldo Leite	PATOS	24h	RECEPÇÃO URGÊNCIA	2	12/36 D	4	20
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO UTI	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO CENTRAL	2	12/36 D	4	
Hemonúcleo de Patos	PATOS	12h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	4
Hemonúcleo de Piancó	PIANCÓ	12h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	4
Hospital Regional Wenceslau Lopes	PIANCÓ	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	24
				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	2	12/36 D	4	
		24h	RECEPÇÃO ANEXO PEDIÁTRICO	2	12/36 D	4	



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO HEMODIÁLISE	2	12/36 D	4	
Hospital Regional Senador Rui Carneiro	POMBAL	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	29
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO MATERNIDADE	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		12h	RECEPÇÃO ADMINISTRATIVA	2	12/36 D	4	
		12h	RECEPÇÃO CDI	2	12/36 D	4	
		6h	RECEPÇÃO UTI	1	6h D	1	
		12h	RECEPÇÃO HEMODIÁLISE	2	12/36 D	4	
UPA Princesa Isabel	PRINCESA ISABEL	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	8
				2	12/36 N	4	
Agência Transfusional de Princesa Isabel	PRINCESA ISABEL	24h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	12/36 D	2	4
				1	12/36 N	2	
Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro	SANTA LUZIA	24h	RECEPÇÃO URGÊNCIA	2	12/36 D	4	10
				2	12/36 N	4	
		8h	RECEPÇÃO AMBULATÓRIO	2	8h D	2	



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital Regional Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes	SOUSA	24h	RECEPÇÃO URGÊNCIA	2	12/36 D	4	24
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO EMERGÊNCIA ADULTO	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
		24h	RECEPÇÃO EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA	2	12/36 D	4	
				2	12/36 N	4	
Centro Especializado de Reabilitação CER IV	SOUSA	8h	RECEPÇÃO 1	3	8h D	3	5
		8h	RECEPÇÃO 2	2	8h D	2	
Hemonúcleo de Sousa	SOUSA	12h	RECEPÇÃO PRINCIPAL	2	12/36 D	4	4
TOTAL							262
TOTAL RECEPCIONISTAS							673



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AUXILIAR DE PORTARIA						
LOTE 01 - 1ª MACRO						
EAS	CIDADE	AUX. PORTARIA FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS/PLANTÃO	ESCALA	TOTAL	
Hospital Distrital de Belém Luiz Alexandrino da Silva	BELÉM	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hemonúcleo de Guarabira	GUARABIRA	12h	2	12/36 D	4	4
Unidade de Pronto Atendimento de Guarabira	GUARABIRA	24h	4	12/36 D	8	12
			2	12/36 N	4	
Agência Transfusional de Itabaiana	ITABAIANA	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Regional Sebastião Rodrigues de Melo	ITABAIANA	24h	3	12/36 D	6	10
			2	12/36 N	4	
Hospital Geral de Itapororoca	ITAPOROROCA	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Central Estadual de Transplantes - Sede	JOÃO PESSOA	8h	1	8h D	1	1



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Centro Especializado de Diagnóstico do Câncer - Eptácio Pessoa	JOÃO PESSOA	8h	2	8h D	2	2
Centro Especializado de Diagnóstico do Câncer - Beira Rio	JOÃO PESSOA	8h	2	8h D	2	2
Centro Odontológico de Cruz das Armas - COCA	JOÃO PESSOA	8h	1	8h D	1	1
Hemocentro da Paraíba	JOÃO PESSOA	24h	8	12/36 D	16	22
			3	12/36 N	6	
Serviço de Verificação de Óbito - SVO	JOÃO PESSOA	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Complexo de Doenças Infectocontagiosas Clementino Fraga	JOÃO PESSOA	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Complexo Pediátrico Arlinda Marques	JOÃO PESSOA	24h	7	12/36 D	14	36
			7	12/36 N	14	
		24h	2	12/36 D	4	
			2	12/36 N	4	
Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira	JOÃO PESSOA	24h	7	12/36 D	14	26
			6	12/36 N	12	
Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena	JOÃO PESSOA	24h	12	12/36 D	24	36
			6	12/36 N	12	



SESPRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital Distrital de Lagoa de Dentro Frei Damião	LAGOA DE DENTRO	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Geral de Mamanguape	MAMANGUAPE	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Unidade de Pronto Atendimento de Santa Rita	SANTA RITA	24h	3	12/36 D	6	10
			2	12/36 N	4	
Hospital Distrital de Serraria Dr Ovídio Duarte	SERRARIA	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Estadual de Solânea	SOLÂNEA	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
TOTAL						258
LOTE 02 - 2ª MACRO						
EAS	CIDADE	AUX. PORTARIA FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS/PLANTÃO	ESCALA	TOTAL	
Hospital de Clínicas de Campina Grande	CAMPINA GRANDE	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Hospital de Urgência e Emergência Dom Luiz Gonzaga Fernandes	CAMPINA GRANDE	24h	12	12/36 D	24	44



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

			10	12/36 N	20	
Hemocentro Regional de Campina Grande	CAMPINA GRANDE	24h	4	12/36 D	8	16
			4	12/36 N	8	
Organização a Procura de Órgãos	CAMPINA GRANDE	8h	1	8h D	1	1
Hospital e Maternidade Santa Filomena	MONTEIRO	24h	8	12/36 D	16	24
			4	12/36 N	8	
Agência Transfusional de Monteiro	MONTEIRO	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Agência Transfusional de Picuí	PICUÍ	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Regional Dr. Felipe Thiago Gomes	PICUÍ	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Hospital e Maternidade Regional Dr. Antônio Luiz Coutinho	POCINHOS	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Geral Dr. Patrício Leal de Melo	QUEIMADAS	24h	4	12/36 D	8	16
			4	12/36 N	8	
Hospital Distrital Antônio Hilário Gouveia	TAPEROÁ	24h	2	12/36 D	4	8



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

			2	12/36 N	4	
TOTAL						173
LOTE 03 - 3ª MACRO						
EAS	CIDADE	AUX. PORTARIA FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS/PLANTÃO	ESCALA	TOTAL	
Hospital Distrital Francisco Bento Cabral	AGUIAR	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Regional de Cajazeiras Dep. Jose de Sousa Maciel	CAJAZEIRAS	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Hemonúcleo de Cajazeiras	CAJAZEIRAS	12h	2	12/36 D	4	4
Unidade de Pronto Atendimento Drª Valéria Macambira Guedes	CAJAZEIRAS	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos	CATOLÉ DO ROCHA	24h	6	12/36 D	12	16
			2	12/36 N	4	
Hospital e Maternidade Estevam Marinho	COREMAS	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Hospital Distrital Dr. José Gomes da Silva	ITAPORANGA	24h	2	12/36 D	4	8



SES/PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

			2	12/36 N	4	
Hemonúcleo de Itaporanga	ITAPORANGA	12h	2	12/36 D	4	4
Complexo Hospitalar Dep. Janduhy Carneiro	PATOS	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Maternidade Dr. Peregrino Filho	PATOS	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Hospital Infantil Noaldo Leite	PATOS	24h	4	12/36 D	8	14
			3	12/36 N	6	
Hemonúcleo de Patos	PATOS	12h	2	12/36 D	4	4
Hemonúcleo de Piancó	PIANCÓ	12h	2	12/36 D	4	4
Hospital Regional Wenceslau Lopes	PIANCÓ	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Hospital Regional Senador Rui Carneiro	POMBAL	24h	8	12/36 D	16	24
			4	12/36 N	8	
UPA Princesa Isabel	PRINCESA ISABEL	24h	2	12/36 D	4	8
			2	12/36 N	4	
Agência Transfusional de Princesa Isabel	PRINCESA ISABEL	24h	2	12/36 D	4	8



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

			2	12/36 N	4	
Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro	SANTA LUZIA	24h	4	12/36 D	8	12
			2	12/36 N	4	
Hospital Regional Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes	SOUSA	24h	6	12/36 D	12	20
			4	12/36 N	8	
Centro Especializado de Reabilitação CER IV	SOUSA	8h	2	8h D	2	2
Hemonúcleo de Sousa	SOUSA	12h	2	12/36 D	4	4
					TOTAL	236
					TOTAL AUX. PORTARIA	667



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS MODELO DE FORMAÇÃO DE CUSTO MENSAL PARA UM EMPREGADO

- * A planilha de custos e formação de preços é ferramenta de apoio à realização de estimativas da contratação e para a análise das propostas na fase de pregão e nas prorrogações contratuais.
- * O modelo disponibilizado na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, é inspiracional, devendo ser adaptado pelo órgão ou entidade contratante às suas necessidades.
- * A presente proposta visa, tão somente, auxiliar aos órgãos que não possuem um modelo definido na formatação dos cálculos de direitos trabalhistas para estimativas de contratos de prestação de serviços, observando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e das Convenções Coletivas de Trabalho - CCT (sendo válidos, ainda, os acordos e dissídios coletivos).
- * É responsabilidade do usuário que optar pela utilização deste modelo a conferência das fórmulas automatizadas em conformidade com as disposições de CLT e CCT, para minimizar o risco de equívocos no cômputo das previsões financeiras.
- * Dúvidas sobre a metodologia de cálculo poderão ser esclarecidas com a leitura dos Cadernos Técnicos de divulgação de valores limites em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernos-tecnicos-e-valores-limites>.

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

- * A remuneração é definida no art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- * É composta por Salário Base, Adicionais (noturno, de insalubridade ou periculosidade) e gratificações, quando houver.

SALÁRIO BASE

- * O Salário Base vem definido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional a ser contratada para o objeto da prestação de serviço.
- * O contratante deverá observar se a CCT abrange o município de prestação de serviço e se está vigente.

SALÁRIO BASE	
Cargo A	
Cargo B	

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

- * Gratificação de função, quando houver, virá informada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional a ser contratada.
- * O órgão contratante deverá observar, além da existência de gratificação, se esta incidirá sobre os adicionais, devendo adaptar a planilha ao caso em concreto.
- * Para o presente modelo foi considerada gratificação como percentual sobre o salário base e sem incidência sobre os adicionais (noturno, periculosidade ou insalubridade).

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor da Gratificação
Cargo A	0,00		0,00
Cargo B	0,00		0,00

ADICIONAIS (periculosidade ou insalubridade, se houver)

- * Os adicionais de periculosidade ou insalubridade, em conformidade com os arts. 192 e 193 da CLT, dependem da natureza do serviço a ser prestado.
- * O órgão contratante deverá observar, além da existência de previsão em CLT, se há informações na Convenção Coletiva de Trabalho acerca dos adicionais, bem como seu percentual e a base de cálculo, devendo adaptar a planilha ao caso em concreto.

ADICIONAL DE XXX			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)			0,00
Cargo A (12x36 Noturno)		0%	0,00
Cargo A Cargo A (44h semanais)		0%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)		0%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)		0%	0,00
Cargo B (44h semanais)		0%	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

ADICIONAL NOTURNO

* O Adicional Noturno e a Hora Noturna Reduzida, conforme art. 73 da CLT, serão pagos entre 22h e 5h do dia seguinte, sem prorrogação quando da jornada 12x36h.
* O órgão contratante deverá observar, além da existência do previsto em CLT, se há informações na Convenção Coletiva de Trabalho acerca da existência do percentual de adicional noturno, bem como se haverá pagamento de hora noturna reduzida e adaptar a planilha ao caso em concreto.

ADICIONAL NOTURNO				
Categoria	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	58,33%		0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	58,33%	0%	0,00
HORA NOTURNA REDUZIDA				
Categoria	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	8,33%	100%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	8,33%	100%	0,00

ADICIONAL POR TRABALHO NOTURNO			
Categoria	Adicional Noturno	Hora Noturna Reduzida	Valor
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00

ADICIONAL XXX

* Em caso de previsão de outros adicionais em Convenção Coletiva de Trabalho o órgão poderá utilizar este campo.

ADICIONAL XXX			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)			
Cargo A (12x36 Noturno)			
Cargo A (44h semanais)			
Cargo B (12x36 Diurno)			
Cargo B (12x36 Noturno)			
Cargo B (44h semanais)			

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

Este quadro totaliza a remuneração devida ao trabalhador, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho e valores disponíveis na Convenção Coletiva para a categoria

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO						
Categoria	Salário Base	Gratificação de função	Adicional de Periculosidade ou	Adicional Noturno	Adicional XXX	Total
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)

SUBMÓDULO 2.1 – 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

13º SALÁRIO Previsto no Decreto 57.155, de 1965.			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	8,33%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	8,33%	0,00

FÉRIAS Previsto no art. 7º da Constituição Federal			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	8,33%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	8,33%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	8,33%	0,00

ADICIONAL DE FÉRIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL				
Categoria	Base de cálculo	Aliquota Adicional	Provisionamento Mensal	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	33,33%	8,33%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	33,33%	8,33%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	33,33%	8,33%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	33,33%	8,33%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	33,33%	8,33%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	33,33%	8,33%	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

SUBMÓDULO 2.1 – 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

Categoria	13º Salário	Férias	1/3 Constitucional	Total
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

* Previsto no art. 195 da Constituição Federal.

* Os percentuais informados não são taxativos e deverão observar o enquadramento real das empresas prestadoras de serviço, em especial no que diz respeito ao SAT-GIIL/RAT.

COMPOSIÇÃO DO GPS E FGTS	
Encargos	Percentual
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT- GIL/RAT	
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
TOTAL	33,80%

GPS - GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	25,80%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	25,80%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	25,80%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	25,80%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	25,80%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	25,80%	0,00

FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	8,00%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	8,00%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	8,00%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	8,00%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	8,00%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	8,00%	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS			
Categoria	GPS	FGTS	Total
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

* O cálculo de benefícios mensais e diários dependerá das disposições constantes em Convenção Coletiva de Trabalho sobre os direitos negociados aos trabalhadores, observando sempre o custo efetivo a ser suportado pela Administração no contrato de prestação de serviços (descontados os valores arcados pelos empregados).

VALE TRANSPORTE

CUSTO DA PASSAGEM				
Categoria	Vr. Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total
Cargo A (12x36 Diurno)		2	15	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	2	15	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	2	22	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	2	15	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	2	15	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	2	22	0,00

DESCONTO DO VALE TRANSPORTE				
Categoria	Base de cálculo	Proporcionalidade	Percentual	Desconto
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	50%	6%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	50%	6%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	100%	6%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	50%	6%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	50%	6%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	100%	6%	0,00

CUSTO EFETIVO DO VALE TRANSPORTE			
Categoria	Custo total	Valor do desconto	Custo efetivo
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00

VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO

VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Valor diário	Dias efetivamente trabalhados	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)		15	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	15	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	22	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	15	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	15	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	22	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

DESCONTO DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Desconto
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00		0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0%	0,00

CUSTO EFETIVO DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Categoria	Custo total	Desconto	Custo efetivo
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIO XXX

Utilizar este campo em caso de outros benefícios previstos em Convenção Coletiva, sempre especificando o tipo, finalidade e previsão legal do mesmo.

BENEFÍCIO xxx			
Categoria			
Cargo A (12x36 Diurno)			
Cargo A (12x36 Noturno)			
Cargo A (44h semanais)			
Cargo B (12x36 Diurno)			
Cargo B (12x36 Noturno)			
Cargo B (44h semanais)			

BENEFÍCIO YYY

Utilizar este campo em caso de outros benefícios previstos em Convenção Coletiva, sempre especificando o tipo, finalidade e previsão legal do mesmo.

BENEFÍCIO yyy			
Categoria			
Cargo A (12x36 Diurno)			
Cargo A (12x36 Noturno)			
Cargo A (44h semanais)			
Cargo B (12x36 Diurno)			
Cargo B (12x36 Noturno)			
Cargo B (44h semanais)			

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS					
Categoria	Vale Transporte	Vale Refeição	Benefício x	Benefício y	Total
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)				
Categoria	Submódulo 2.1	Submódulo 2.2	Submódulo 2.3	Total
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

* Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços.

* Na metodologia Seges calcula-se uma probabilidade de ocorrência, por tipos de desligamentos, como fator de ponderação do custo total.

PERCENTUAIS POR TIPO DE DESLIGAMENTO	
Tipos	Percentual
Demissão SEM justa Causa	
SEM justa Causa AP INDENIZADO	0,00%
SEM justa Causa AP TRABALHADO	0,00%
Demissão COM justa Causa	
Desligamentos OUTROS TIPOS	
TOTAL	0,00%

SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO

* Quando ocorrer a demissão de um trabalhador e a empresa não conceder prazo de aviso prévio, o trabalhador terá direito a receber o salário referente ao mês completo, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT.

* A metodologia utilizada pela Seges computa todos os direitos do trabalhador, aplicando a proporcionalidade estimada de ocorrência de aviso prévio indenizado, realizando provisionamento mensal do custo.

* Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não.

* Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506, de 2011 e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais.

AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	12	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	12	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	12	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	12	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	12	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	12	0,00

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual da Multa	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	50%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	50%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	50%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	50%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	50%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	50%	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

SUBMÓDULO 3.1 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00

SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO

* Quando ocorrer a demissão de um trabalhador com aviso prévio, o trabalhador cumprirá os dias em atividade, e terá direito a receber o salário referente ao mês completo, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT.

* A metodologia utilizada pela Seges computa todos os direitos do trabalhador, aplicando a proporcionalidade estimada de ocorrência de aviso prévio trabalhado, realizando provisionamento mensal do custo.

* Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não.

* Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506, de 2011, e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais.

AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Provisionamento Mensal	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	12	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	12	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	12	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	12	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	12	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	12	0,00

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual da Multa	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	50%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	50%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	50%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	50%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	50%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	50%	0,00

SUBMÓDULO 3.2 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

SUBMÓDULO 3.3 - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

*Na hipótese de demissão por justa causa o empregado perde o direito ao pagamento de 13º salário, férias e adicional de férias, como previsto no parágrafo único do art. 146 da CLT.

* Para estes casos, na metodologia Seges, haverá o desconto dos valores que, por tratar-se de provisão mensal, deverão ser reduzidos da fatura da empresa contratada.

* Igualmente, o cômputo de custos com demissão por justa causa considera a probabilidade de ocorrência desta para provisionamento.

BASE DE CÁLCULO PARA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA				
Categoria	Valor provisionado do 13º Salário	Valor provisionado das Férias	Valor provisionado do Adicional de Férias	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBMÓDULO 3.3 - CUSTO DA DEMISSÃO COM JUSTA CAUSA			
Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
Categoria	Submódulo 3.1	Submódulo 3.2	Submódulo 3.3	Total
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

* O Custo de reposição do profissional ausente refere-se ao custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional residente quando estiver em gozo de férias ou no caso de um das ausências legais previstas no art 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

* Na metodologia Seges utiliza-se uma probabilidade de ocorrência, mediante estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais-2016 (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2016 (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE)-2016.

* São computados, então, a probabilidade de dias de ausência para cobertura, conforme escala de trabalho mensal.

* Para jornadas jornadas 12x36h a necessidade de reposição incide somente em 50% do dias de ausência devido à escala.

* Na jornada 44h computa-se somente a reposição nos dias úteis, portanto, 69,04% da ausência total.

Pororabilidade de ocorrência de ausências legais, conforme previsão do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.						
Memória de Cálculo - número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento						
Categoria	Incidência anual	Duração Legal da Ausência	12x36		44h	
			Proporção dias afetados	Dias de reposição	Proporção dias afetados	Dias de reposição
Férias		30	50%	0,0000	69,04%	0,0000
Ausência justificada		1	100%	0,0000	100,00%	0,0000
Acidente trabalho		15	50%	0,0000	69,04%	0,0000
Afastamento por doença		5	50%	0,0000	69,04%	0,0000
Consulta médica filho		2	100%	0,0000	100,00%	0,0000
Óbitos na família		2	50%	0,0000	69,04%	0,0000
Casamento		3	50%	0,0000	100,00%	0,0000
Doação de sangue		1	100%	0,0000	100,00%	0,0000
Testemunho		1	100%	0,0000	100,00%	0,0000
Paternidade		20	50%	0,0000	69,04%	0,0000
Maternidade		180	50%	0,0000	69,04%	0,0000
Consulta pré-natal		6	100%	0,0000	100,00%	0,0000

ESTIMATIVA DA NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL			
Composição	ESCALAS - Cargo A		
	12 x 36 D	12 x 36 N	44 SEM
Férias	0,0000	0,0000	0,0000
Ausência justificada	0,0000	0,0000	0,0000
Acidente trabalho	0,0000	0,0000	0,0000
Afastamento por doença	0,0000	0,0000	0,0000
Consulta médica filho	0,0000	0,0000	0,0000
Óbitos na família	0,0000	0,0000	0,0000
Casamento	0,0000	0,0000	0,0000
Doação de sangue	0,0000	0,0000	0,0000
Testemunho	0,0000	0,0000	0,0000
Paternidade	0,0000	0,0000	0,0000
Maternidade	0,0000	0,0000	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	0,0000	0,0000
Total Para reposição	0,0000	0,0000	0,0000

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS

- * O Submódulo 4.1 destina-se ao cálculo do custo estimado para a reposição de ausências legais do empregado residente.
* Na metodologia Seges computa-se o custo total de um empregado, com direito à remuneração, 13º salário, férias, encargos e benefícios, bem como probabilidade de rescisão, para a base de cálculo do presente submódulo que, em seguida, servirá para estipular o custo diário de um profissional para a contratação.
* Com base neste custo diário estima-se o custo mensal com reposição de profissional ausente.

CUSTO DIÁRIO PARA O REPOSITOR			
Categoria	Base de cálculo	Divisor do dia	Custo diário
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	30	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	30	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	30	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	30	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	30	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	30	0,00

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS				
Categoria	Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo mensal
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,0000	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,0000	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,0000	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,0000	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,0000	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,0000	0,00	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA

* O submódulo 4.2 destina-se a calcular o custo de um repositor para cobertura do tempo de concessão do intervalo para repouso e alimentação, previsto no art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao empregado residente.
* Na metodologia Seges, calcula-se o custo da hora de trabalho e multiplica-se pela necessidade de horas de cobertura no mês.
* Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento.
* Não se computa custo de reposição intrajornada para supervisores por considerar que estes não realizam a cobertura de posto de trabalho e poderiam se ausentar durante o tempo previsto em lei, definição que também deverá ser objeto de apreciação pelos órgãos contratantes.

CUSTO POR HORA DO REPOSITOR			
Categoria	Base de cálculo	divisor de hora	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	220	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	220	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	220	0,00

SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
Categoria	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	15	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	15	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	22	0,00

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Categoria	Submódulo 4.1	Submódulo 4.2	Total
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00		0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00		0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00		0,00

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA

UNIFORMES - COMPOSIÇÃO - VALOR ANUAL			
Item	qte	Vr. Unitario	Valor
Calça			
Camisa			
Sapato			
especificar demais itens			
Custo anual por Pessoa			

UNIFORMES		
Categoria	Custo anual	Custo mensal
Cargo A (12x36 Diurno)		
Cargo A (12x36 Noturno)		
Cargo A (44h semanais)		
Cargo B (12x36 Diurno)		
Cargo B (12x36 Noturno)		
Cargo B (44h semanais)		

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Via – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

Equipamentos					
Descrição	Cotação	qte	Duração dos itens (vida útil)	12x36 h	44 horas
Valor total					

CUSTO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS			
Categoria	Custo anual	Custo mensal	Valor por empregado
Cargo A (12x36 Diurno)			
Cargo A (12x36 Noturno)			
Cargo A (44h semanais)			
Cargo B (12x36 Diurno)			
Cargo B (12x36 Noturno)			
Cargo B (44h semanais)			

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA			
Categoria	Custo com Uniformes	Custo com Equipamentos	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00	0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

INFORMAÇÃO DE PERCENTUAIS ESTIMADOS DE CCTL	
Custos Indiretos	
Tributos	
Lucro	

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
Categoria	Base de cálculo	Percentual	Valor
Cargo A (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo A (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	0,00%	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	0,00%	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo VIa – Modelo de formação de custo mensal para um empregado

RATEIO DO Cargo B

* Para os casos em que há Supervisor e este não for contratado como um posto de trabalho, a exemplo dos serviços de vigilância patrimonial, seu custo deverá ser rateado pelo total de empregados supervisionados, conforme disposição do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 2017.

RATEIO DA CHEFIA DE CAMPO			
Categoria	Base de cálculo	Subordinados	Valor
Cargo B (12x36 Diurno)	0,00	40	0,00
Cargo B (12x36 Noturno)	0,00	40	0,00
Cargo B (44h semanais)	0,00	40	0,00

CUSTO DO TRABALHADOR

CUSTO TOTAL POR TRABALHADOR			
Módulo	12x36 Diurno	12x36 Noturno	44h Semanais
Remuneração	0,00	0,00	0,00
Encargos e Benefícios	0,00	0,00	0,00
Rescisão	0,00	0,00	0,00
Reposição do Profissional Ausente	0,00	0,00	0,00
Insumos Diversos	0,00	0,00	0,00
Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00	0,00	0,00
Rateio da Chefia de Campo	0,00	0,00	0,00
Valor por Empregado	0,00	0,00	0,00
Valor por Posto	0,00	0,00	0,00

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291837-4225 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291837-4225>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Vlb – Modelo para a consolidação e apresentação de propostas

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017.

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
Total		

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;

2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;

3- Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291839-4223 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291839-4223>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo Vlb – Modelo para a consolidação e apresentação de propostas

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
Total		

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intra jornada	
Total		

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291839-4223 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291839-4223>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

Anexo VIb – Modelo para a consolidação e apresentação de propostas

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

OBS.: 1 - O documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa licitante;
2 - Todas as páginas devem estar rubricadas;
3 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291839-4223 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291839-4223>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Anexo VII – Instrumentos de Medição de Resultado

ITEM	INDICADOR	ESCALA DE AVALIAÇÃO	COMENTÁRIOS/OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES DE MELHORIA
01	Qualidade do Atendimento ao Público	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	
02	Cumprimento dos horários estabelecidos (início e término do expediente)	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	
03	Frequência de faltas ou ausências não justificadas	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	
04	Substituição eficiente em caso de falta ou ausência de colaboradores	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	
05	Capacidade de organização e limpeza do posto de trabalho	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	
06	Uniforme adequado e bem cuidado	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	
07	Cumprimento das normas internas e de segurança	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	
08	Disponibilidade de recursos e equipamentos de apoio	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10	

Legenda para a Escala de Avaliação:

1: Muito insatisfatório até 10: Excelente



SES-PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Instruções para Preenchimento:

Cada critério deve ser avaliado de forma independente.

Para cada indicador, deve ser atribuída uma pontuação de 1 a 10, conforme o desempenho observado.

Comentários/observações devem ser usados para justificar a pontuação atribuída e fornecer detalhes adicionais sobre o desempenho.

O campo para sugestões de melhoria ou comentários gerais deve ser utilizado para acompanhamento contínuo do serviço prestado e ajustes conforme necessário.

Após a avaliação, compile os resultados para identificar pontos fortes e áreas de melhoria do serviço de recepção terceirizado.

Método de Avaliação:

Avaliações periódicas para fundamentar pagamento mensal

Pesquisa de satisfação, observação direta, feedbacks dos funcionários e usuários

Acompanhamento de horários, relatórios de desempenho.

Auditorias internas.

Instruções para critério de desconto no pagamento:

De 8,5 a 10 pontos de média: pagamento de 100% do valor mensal dos serviços;

De 8 a 8,4 pontos de média: pagamento de 95% do valor mensal dos serviços;

De 7 a 7,9 pontos: pagamento de 90% do valor mensal dos serviços;

De 6 a 6,9 pontos: pagamento de 85% do valor mensal dos serviços;

Inferior a 6 pontos: pagamento de 80% do valor mensal dos serviços e recomenda-se a abertura de processo administrativo para apuração das medidas cabíveis.

A média será calculada como média aritmética, sendo o produto do somatório de cada indicador dividido pela quantidade de indicadores.



SES/PRC202504392V01





ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO VIII - Modelo de Declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa [Razão Social da Licitante], CNPJ sob nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____, [CEP], [Bairro], [Cidade], por intermédio de seu representante legal, [Nome/CPF], DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no Inciso III do Art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), **QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS**, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Local, _____, de _____, de _____

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa

- OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291842-4199 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291842-4199>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO IX - Modelo de Declaração de ausência de impedimento para contratar com a Administração Pública

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa [Razão Social da Licitante], CNPJ sob nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____, [CEP], [Bairro], [Cidade], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da lei, que não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL/PB, instituído pela Lei Estadual nº 9.697, de 04 de maio de 2012.

Local, _____, de _____, de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa

- OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291846-4195 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291846-4195>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

ANEXO X - Modelo de Declaração que não emprega menor de idade

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa [Razão Social da Licitante], CNPJ sob nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____, [CEP], [Bairro], [Cidade], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Local, _____, de _____, de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa

OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291847-4194 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291847-4194>



SESPRC202504392V01



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO XI - Modelo de Declaração de reserva de cargos

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 116, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A empresa [Razão Social da Licitante], CNPJ sob nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____, [CEP], [Bairro], [Cidade], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Local, _____, de _____, de _____.

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa

- OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



Assinado com senha por [SES99966] [SENHA] JORDANYE CELYE MOREIRA DA CUNHA em 05/04/2025 - 15:25hs e [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 07/04/2025 - 10:33hs.
Documento Nº: 7424458.60291848-4193 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7424458.60291848-4193>



SESPRC202504392V01

MINUTA

PROCESSO CENTRAL DE COMPRAS Nº 25.000.004392.2025

PROCESSO PBDoc Nº: SES-PRC-2025/04392

ÓRGÃO REQUISITANTE: SUBGERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

MINUTA DE CONTRATO Nº _____/2025

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com sede na Avenida Dom Pedro II, n.º 1826, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o nº 08.778.268/0001-60, na cidade de João Pessoa/Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.268/0001-60, neste ato representada pelo seu Secretário **ARIMATHEUS SILVA REIS**, brasileiro, solteiro, Matrícula n. 191.365-4, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresainscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25.000.004392.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 013/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recepção e apoio operacional para os estabelecimentos assistenciais de saúde situados nas 3 macrorregiões de saúde geridas pela Secretaria de Estado da Saúde, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO Especializada em recepção / portaria, conforme detalhamento no termo de referencia	SERVIÇOS EMP-PRIV	UND	1		
2	SERVIÇO Especializada em recepção / portaria, conforme detalhamento	SERVIÇOS	UND	1		

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES105247] [SENHA] EDSON DA SILVA ANDRADE em 26/03/2026 - 14:18hs.
Documento Nº: 7102686.88826520-2384 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.88826520-2384>



SESPRC202504392V03



	no termo de referencia.	EMP-PRIV				
3	SERVIÇO Especializada em recepção / portaria, conforme detalhamento no termo de referencia.	SERVIÇOS EMP-PRIV	UND	1		

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é primordial para resguardar, organizar e recepcionar os pacientes e oferecer atendimento aos demais cidadãos que frequentam os serviços de saúde ofertados pela Secretaria de Estado da Saúde através das diretrizes do Sistema Único de Saúde, evitando questões relacionadas à solução de continuidade nos serviços de saúde pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde, sendo a vigência plurianual mais vantajosa
- 2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, sob nenhuma hipótese.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

5.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

5.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

5.6. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

5.7. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

5.8. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

5.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE



GOVERNO
DA PARAÍBA

$R = V (1 - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

5.10. A Administração deverá manifestar-se expressamente no prazo de até 30 (trinta) dias sobre o pedido de repactuação de preços, contado do seu protocolo, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa formal.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES105247] [SENHA] EDSON DA SILVA ANDRADE em 26/03/2026 - 14:18hs.
Documento Nº: 7102686.88826520-2384 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.88826520-2384>



SESPRC202504392V03



- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 03 (três) meses.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A Contratada deverá assegurar, no mínimo:

I – garantia de 06 (seis) meses para a mão de obra executada nos serviços de manutenção corretiva;

II – garantia de 90 (noventa) dias para as peças substituídas;

III – responsabilidade integral por todos os custos decorrentes do cumprimento da garantia, incluindo transporte, materiais, mão de obra e demais encargos necessários.

10.2. O prazo de garantia será contado a partir da conclusão dos serviços ou da substituição das peças, devendo ser comprovado em termo próprio, a ser atestado pela fiscalização do contrato.

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





10.3. O não atendimento às condições de garantia sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Edital e no contrato, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

12.1.1. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.1.2. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.1.3. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE



GOVERNO
DA PARAIBA

- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:
- 13.1.7. Reserva Orçamentária:

13.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em João Pessoa, Seção Judiciária de João Pessoa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

João Pessoa/PB, data da assinatura eletrônica.

ARIMATHEUS SILVA REIS
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}
Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES105247] [SENHA] EDSON DA SILVA ANDRADE em 26/03/2026 - 14:18hs.
Documento Nº: 7102686.88826520-2384 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.88826520-2384>



SESPRC202504392V03

SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE



GOVERNO
DA PARAIBA

Pela CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

CPF:

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____

CNPJ-MF nº:

R.G nº:

2. Nome: _____

CNPJ-MF nº:

R.G nº:

Secretaria de Estado da Saúde^{ISTN}

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES105247] [SENHA] EDSON DA SILVA ANDRADE em 26/03/2026 - 14:18hs.
Documento Nº: 7102686.88826520-2384 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7102686.88826520-2384>



SESPRC202504392V03